

***-� ICESE***

*�'í//*

**TRIBUNAL OE CONTAS**

-�";:.f., DO ESTADO DE SERGIPE

**Processo TC/001761/2013**

**página 527 da peça unificada**

**PARPRE - Nº 3263/2019 SECRETARIA DO PLENO**

**página 2**

**Gabinete da Conselheira Susana Maria Fontes Azevedo Freitas** L..\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**PARECER PRÉVIO Nº 3263**

## RELATÓRIO

Versam os autos sobre as Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de São Domingos, referente ao exercício financeiro de 2012, de responsabilidade de José Robson Mecena.

Às fls. 427/472, foram juntadas as Decisões nº 29.809, 29.887, 30.123, 30.387, 30.489, 30. 732 e 30.886, todas oriundas da 2ª Câmara, relativas à manutenção de Autos de Infração por atrasos nas entregas de informes obrigatórios durante o exercício 2012.

Autuadas as informações e após a análise de toda documentação, a equipe técnica da 1ª CCI expediu o Relatório nº 100/2018, no qual concluiu que as Contas apresentaram irregularidades graves (fls. 479/488).

Devidamente citado (fls. 492/493), o ex-gestor apresentou suas alegações de defesa às fls. 495/504, momento em que fez a juntada de documento (fl. 505), rebatendo as irregularidades encontradas e pleiteando, ao final, pela Regularidade do período ora analisado.

Após análise da defesa, a equipe técnica lançou a Informação Complementar nº 076/2019 (fls. 508/514), detectando a permanência das seguintes irregularidades:

1. Limite de despesa com pessoal acima do permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
2. Aplicação de recursos próprios em ações e serviços de saúde abaixo do mínimo exigido;
3. Balanço Patrimonial -Ativo financeiro - O saldo disponível consolidado em 31.12.2012 foi no valor de **R$ 580.938,37** (quinhentos e oitenta mil, novecentos e

trinta e oito reais e trinta e sete centavos), sendo **R$ 510.796,63** (quinhentos e dez mil, setecentos e noventa e seis reais e sessenta e três centavos), registrado na conta livre movimento e, **R$ 68.460,19** (sessenta e oito mil, quatrocentos e sessenta reais e

dezenove centavos) na conta vinculada. Por outro lado, o passivo financeiro referente

**, Arq\_uiv�sit1ado d.i9i!9lment� J;lQ.r ÇA� if,.13l::8."CQ.SQEIR.}...l9�+�ZA:Q3405010{578 em 09/08/201,9 08.:!i9:37** t e

as **re*MiCCf*Aruq�uivoli&iassriàinaódd<ilio dgitigâita�lmne1int�e pt'Ullor ClA�RLOSllPru4INN(;)0.A IIDEC*'f!,*AfS'·nS:I,S·i:u06.-10Qn103l885S7U28eméle09mBO/08/201V9Bl10**II**:0**H1**8:**:;**0**:el**3**

�rwJ����,�����ffl�����fcf�s�Jf;;�li� **/��9�g8�fo?: ?f�g\�** :o

toCen OS

**9 5 1 11:4** s **9**

**ArquivAorqausisvlonadasosi}1tgtnadtoaldmigeintatlemJe!.Qntt)e OpAgrOMAAURGIAUSANTOGÉDLOICSAAG�JUOIMSA13RAÃl'E�DSEMIRAARDINEHMO:E1L1L6O60.88739295114119784em�039e/0m80/290701911/2120:10961:136.24.11!**



**Valide**

**�eEfiSOol:Qi1UIUftiN5t,20t3AUGUSTO CARVALHO RIBEIRO:04544358515 em 19/08/2019 12:38:4f>ágina 2**

**a autenticidade deste em** [**'http://www.tcese.tc.br/PecaUnica/Autentica.aspx'**](http://www.tcese.tc.br/PecaUnica/Autentica.aspx%27) **com o código B128A473CEFF2D559C09DDDAEF6D5A5E**

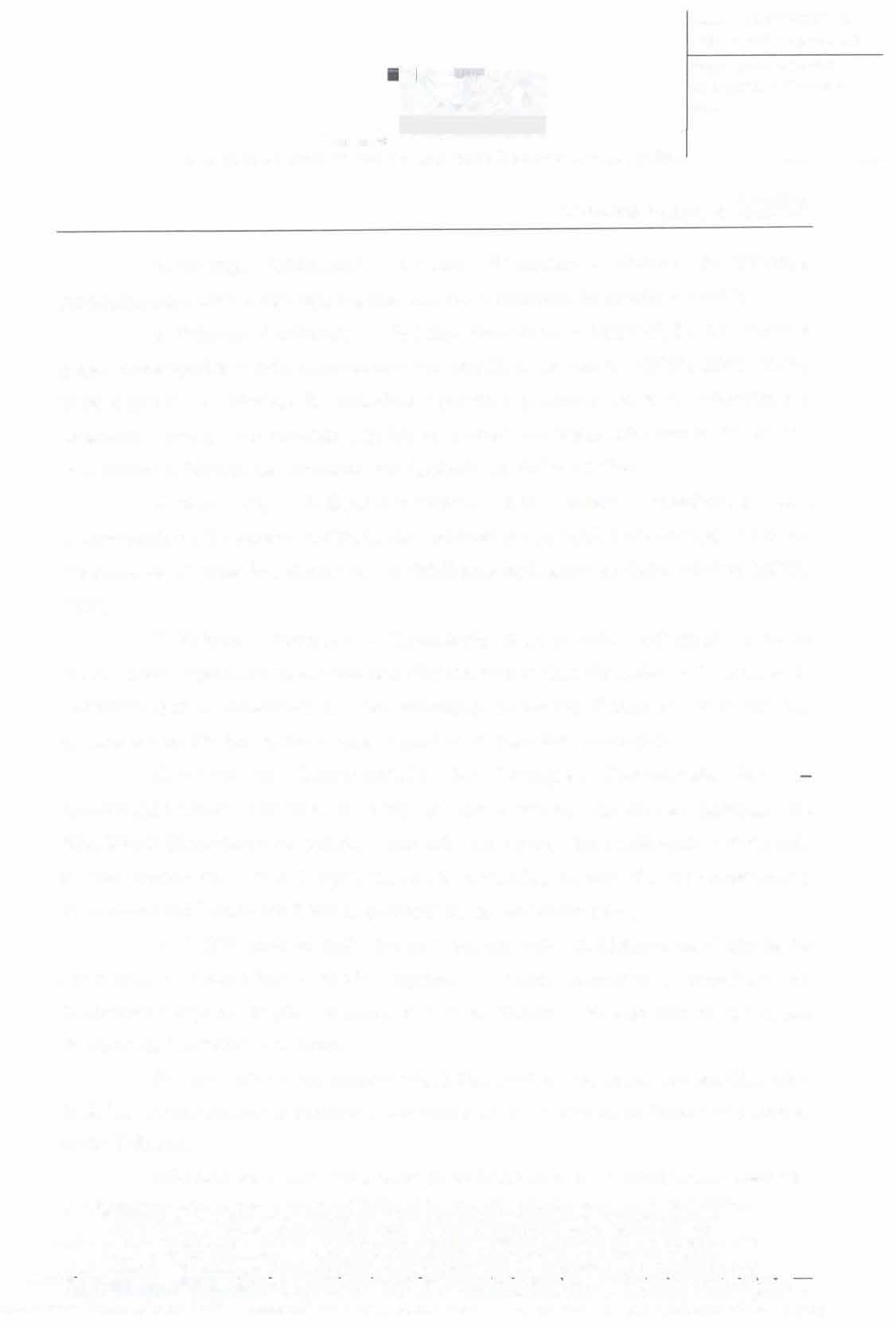
**I**TR**C**IBUNA**E**L DE**SE**CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE

Processo TC/001761/2013 página 528 da peça unificada

PARPRE - N**º** 3263/2019 SECRETARIA DO PLENO

página 3

**Gabinete da Conselheira Susana Maria Fontes Azevedo Freitas L-..--------**



**PARECER PRÉVIO Nº 3263**

1. Balanço Patrimonial - Passivo Financeiro - Valores de terceiros retidos/consignados e não repassados durante o exercício financeiro de 2012;
2. Balanço Patrimonial - Passivo Financeiro - Reinscrição de restos a pagar processados e não processados de exercícios anteriores (2005, 2007, 2008, 2009 e 2011), no valor de **R$ 146.867,94** (cento e quarenta e seis mil, oitocentos e sessenta e sete reais e noventa e quatro centavos), em desacordo com a Lei Federal nº 4.320/64 e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
3. Sentenças Judiciais/Precatório não foram registrados nos Demonstrativos Contábeis, contrariando o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC's TSP);
4. Balanço Financeiro - Divergência entre o valor registrado na conta receita extra orçamentária do Balanço Financeiro das Consignações - Depósitos de Terceiros com o registrado no Demonstrativo da Dívida Flutuante. Além de não constar o registro dos restos a pagar inscritos no exercício financeiro;
5. Houve na Demonstração das Variações Patrimoniais Ativa Amortização Dívida Fundada (fl. 125), um cancelamento de dividas passivas **R$ 256.176,59** (duzentos e cinquenta e seis mil, cento e setenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) - amortização da dívida fundada), porém não foi apresentado documento hábil (nota explicativa) justificando os cancelamentos;

A 1ª CCI também salientou que em consulta ao Sistema de Controle de Processos e Protocolos - SCPP, vigente à época, constatou a existência de denúncias e representações protocoladas neste Tribunal, no exercício de 2012, em desfavor da Prefeitura Municipal.

Por fim, opinou pela irregularidade das Contas, nos termos do art. 43, inciso Ili da Lei Complementar nº 205/2011; *ele* com o art. 91, inciso Ili, do Regimento Interno deste Tribunal.

Intimado para apresentar alegações finais (fl. 518), o interessado manteve­

��IYP.M�ado digitalmente por CARLOS ALBERTO SOBRAL DE SOUZA:03405010578 em 09/08/2019 08:59:37

s

Mtj1.11Vó assinado digitalmente por ULICES DE ANDRADE FILHO:66593450863 em 09/08/2019 09:15:33 Arquivo assinado digitalmente por CARLOS PINNA DE ASSIS:06101038572 em 09/08/2019 10:08:03

Arquivo assinado digitalmente por SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS:29429307568 em 09/08/2019 11:45:09 Arquivo assinado digitalmente por CLÓVIS BARBOSA D!; MELO:05687942572 em 09/08/2019 11:50:36

Arquivo assinado digitalmente por MARIA ANGÉLICA GUIMARAES MARINHO:11660732549 em 09/08/2019 12:06:16 Arquivo asslnado1!fg\_ltalrnente.e.Qt)OÃO AUGUSTO DOS Al<JJOS BANDE:IMDE: ME:LLO.889988784�3 em 09/0812019 13.24.18

AR(i)Gmli5iOol°QiuurtiJl6f�20.:t3AUGUSTO CARVALHO RIBEIRO:04544358515 em 19/08/2019 12:38:4Página 3

Valide a autenticidade deste em ['http:l/www.tcese.tc.br/PecaUnica/Autentica.aspx'](http://l/www.tcese.tc.br/PecaUnica/Autentica.aspx%27) com o código 8128A473CEFF2D559C09DDDAEF6D5A5E

8

��,

.�..- \�'

**Gabinete da Conselheira Susana Maria Fontes Azevedo Freitas** L

**Processo TC/001761/2013 página 529 da peça unificada**

**PARPRE - Nº 3263/2019 SECRETARIA DO PLENO**

**página 4**

**PARECER PRÉVIO Nº 3263**

Instado a se manifestar, o ilustre representante do *Parquet* de Contas, Procurador **Luis Alberto Meneses,** através do Parecer nº 490/2019, opinou pela emissão de Parecer Prévio recomendando a Rejeição das Contas e pela representação ao Ministério Público Estadual (fls. 520/523).

Após, vieram-me os autos conclusos para julgamento. É **o Relatório.**

**Arquivo assinado digitalmente por CARLOS ALBERTO SOBRAL DE SOUZA:03405010578 em 09/08/2019 08:59:37**

**Arquivo assinado digitalmente por ULICES DE ANDRADE FILHO:66593450863 em**

**09/08/2019 09:15:33**

**assinado digitalmente por SUSANA M,,RIA FONTES AZEVEDO FREITAS:29429307568 em 09/08/2019 11:45:09**

**Arquivo**

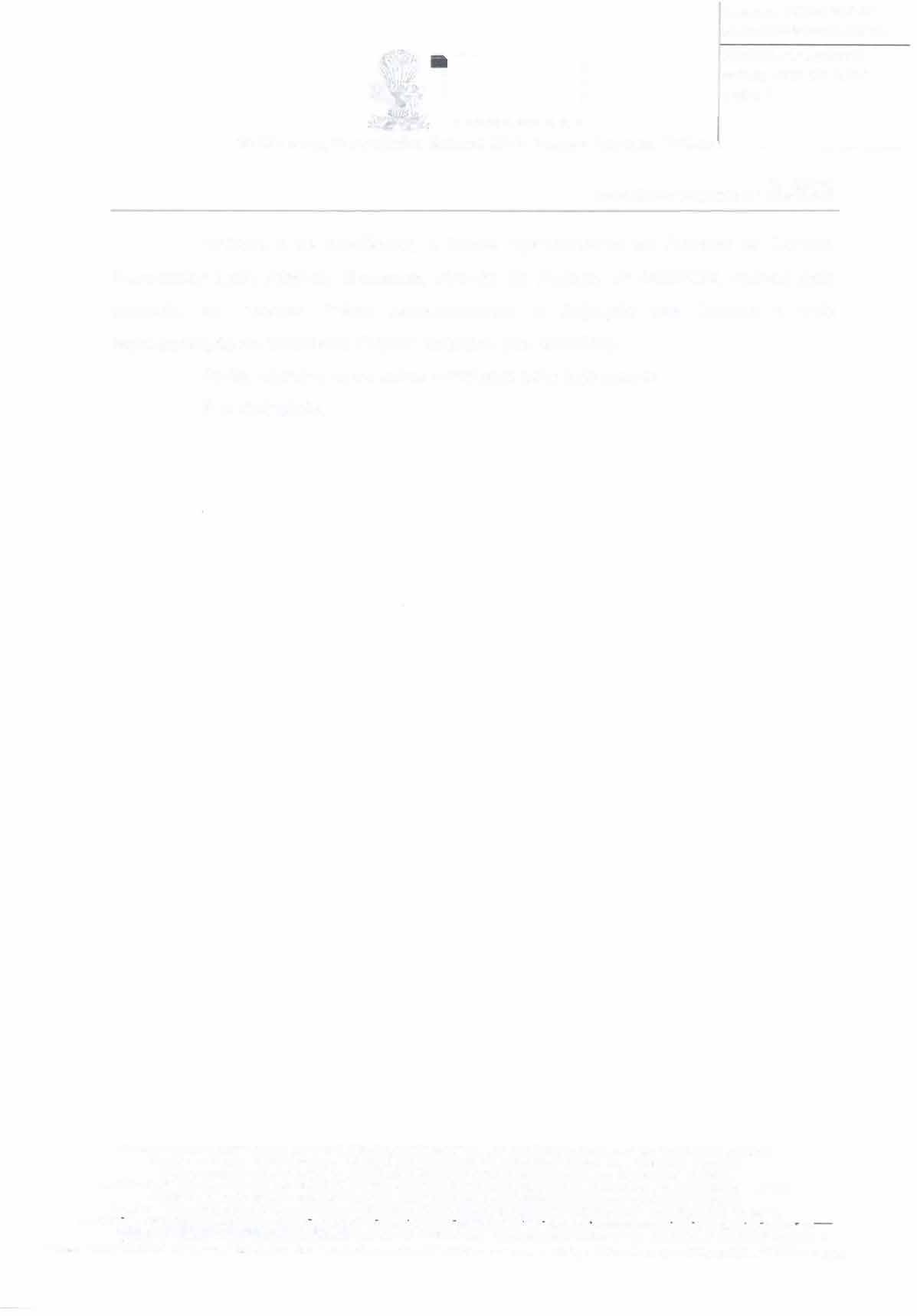
**Arquivo assinado digitalmente por CARLOS PINNA DE ASSIS:06101038572 em 09/08/2019 10:08:03 Arquivo assinado digitalmente por CLOVIS BARBOSA D!;: MELO:05687942572 em 09/08/2019 11:50:36**

**Arquivo assinado**

**digitalmente pgr MARIA ANGÉLICA GUIMARAES MARINHO:11660732549 em 09/08/2019 12:06:16**

**Arquivo asslnado.talmente004JOAO AUGUSTO oos Al'iJJOS E!Al'iJOE:IAAOE: ME:LLO.SS99SS784!53 em 09/0812019 13.24. 1**s

**RIBEIRO:04544358515 em 19/08/2019 12:38:4J>ágina 4**



**Valide a**

**PfiQOli Ool:Qi i1l6fl20J3AUGUSTO CARVALHO**

**autenticidade deste em** [**'http://www.tcese.tc.br/PecaUnica/Autentica.aspx'**](http://www.tcese.tc.br/PecaUnica/Autentica.aspx%27) **com o código 8128A473CEFF2D559C09DDDAEF6D5A5E**

**-**�**��**f]/ **ITRCIBUNAEL DESECONTAS**

**.�··'�' DO ESTADO DE SERGIPE**

**Processo TC/001761/2013 página 530 da peça unificada**

**PARPRE - Nº 3263/2019 SECRETARIA DO PLENO**

**página 5**

***Gabinete da Conselheira Susana Maria Fontes Azevedo Freitas L-------------***

***PARECER PRÉVIO N*º 3263**

### VOTO

Inicialmente, destaco que o Processo em tela se trata da análise das Contas de Governo, através da qual se examina o desempenho do gestor na execução das políticas públicas, a exemplo do cumprimento do orçamento, os planos de governo, os programas governamentais, os níveis de endividamento e a aplicação dos limites mínimos e máximos em saúde, educação e gasto com pessoal.

Destarte, entendo que a atuação desta Casa não deve restringir-se a fatos isolados, mas à conduta do gestor como agente político examinando a obediência aos Princípios da Eficácia, Eficiência, Efetividade. e Proporcionalidade, bem como as demais formalidades legais, no planejamento e execução das finalidades orçamentárias.

Ademais, pontuo, desde logo, que as Contas de Governo relativas aos exercícios de 2009, 201O e 2011, todas de responsabilidade do interessado1, resultaram na emissão de Parecer recomendando a **Rejeição** das mesmas. Verifiquei que muitas das irregularidades do presente processo são a continuidade de irregularidades de anos anteriores, o que será pontuado ao longo deste voto.

Utilizando-me dessas premissas como base, passo à inquirição das

Contas.

1. **Excesso de gasto com pessoal.**

Quanto a essa questão, o ex-gestor não apresentou defesa. Pois bem.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) regulamenta, entre outros

dispositivos constitucionais, o art. 169 da Constituição Federal, que dispõe:

**Art. 169.** A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

**Arquivo assinado digitalmente por CARLOS ALBERTO SOBRAL**

**DE SOUZA:03405010578 em 09/08/2019 08:59:37**

**Arquivo assioado digiíalroeote por ULICES DE ANDRADE FILHO:66593450863 em 09/08/2019 09:15:33**

**Af filvf;����l=����,��r��:�W&ilfil.â��f�l��Ji:3&�q**

###### q

**nAurqmuievol"8"ast�sinfi-cl�o �digit00alm�e�nte pQr l�\ilA�'RIÃ�°ÃNGElJ:fi!AL.ICÃ�-GUIMA�RÃE�S'\':MLAOR:0I5N6H8O79:141265670273em25049/08/2019 11:50:36**

**1éilis!d@ sem 16**

**Arquivo asslnado**

**talrnente JOAO AUGUSTO OOS AfqJQS BANOE:IM OE:**

**em 09/08/2019 12:06:**

**AQOefi.**

**ol'Qi � iil61'�20J3AUGUSTO CARVALHO**

**ME:LLO.889988784!53 em 09108/2019 13.24.18**

**Valide a autenticidade O**

**RIBEIRO:04544358515 em 19/08/2019 12:38:4f>ágina** 5

**deste em** [**'http://www.tcese.tc.br/PecaUnica/Autentica.aspx'**](http://www.tcese.tc.br/PecaUnica/Autentica.aspx%27) **com o código B128A473CEFF2D559C09DDDAEF6D5A5E**



**I**TR**C**IBUNA**E**L DE**:SE**CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE

**Processo TC/001761/2013 página 531 da peça unificada**

**PARPRE - Nº 3263/2019 SECRETARIA DO PLENO**

**pãgina 6**

***Gabinete da Conselheira Susana Maria Fontes Azevedo Freitas'-----------***

***PARECER PRÉVIO N*º 3263**

Por sua vez, a referida Lei estabeleceu percentuais máximos da Receita Corrente Líquida que podem ser destinados aos dispêndios com pessoal por cada ente da Federação, estipulando, para os Municípios, o limite de **60% (sessenta por cento).**

Art. 19. Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

1 - União: 50% (cinquenta por cento);

li - Estados: 60% (sessenta por cento);

Ili - Municípios: 60% (sessenta por cento).

Já em seu art. 20, inciso 111, alínea "b", a LRF prevê o limite de **54% (cinquenta e quatro por cento)** para os gastos do Executivo Municipal com despesas de pessoal, *ipsis litteris:*

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

Ili - na esfera municipal:

( ...)

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Restou constatado pela equipe técnica que o gasto com pessoal do Executivo atingiu o percentual de **64,47% (sessenta e quatro vírgula quarenta e sete por cento);** ou seja, acima tanto do limite global como do limite específico para o Executivo, desrespeitando os arts. 19 e 20 da LRF.

Ademais, verifiquei que em todos os anos do mandato do interessado o limite de gasto com pessoal do Executivo fora desrespeitado. No exercício financeiro de 2009 atingiu 58,74% **(cinquenta e oito vírgula setenta e quatro por cento);** em

2010 chegou ao patamar de 67,24% **(sessenta e sete vírgula vinte e quatro por cento):** em 2011, foi de 57,25% **(cinquenta e sete vírgula vinte e cinco por cento).**

Ou seja, o gestor vem descumprindo a legislação desde o início de seu

mandato, não conseguindo se adequar aos limites estabelecidos pela Lei de

**Arquivo assinpq9, digitalm�te por CARLOS ALBERTO SOBRAL DE SOUZA:0340501057!3 en\_1 Q9/0l3/2019 08:59:37**

iat11idilaefltit�pe�damceer:ta:nto9:aSlffeau1Utaatte!OMVe.

Res�**A**mM**rqu**

**Arquivo**

**i vo assinado digitalmente por CARLOS PINNA-DE'ASSIS:061Of038572 ei'l'í 09/08/2019 10:m!:03**

**º�i** **9**



**������ i �g W������fJ��m�� �$��M�fçii.1it1\1éJ��**

**ArquivAorqausisvlonaadsosiJFg\_lnadtoaldmi eintatelmJ>.Qr:enteJOpÃorOMAAURGIAUSATNOGÉoLoICsAAGl>;IJUOIMSABRAAtl!EOSeMlftAAR.OINeHMOe:1L1L6O6.0887392958849784em!5309e/m080/290/0189121021:0961:136.24.1S Valide a autenticidade deste em** [**'http://WWW.tcese.tc.br/PecaUnlca/Autentlca.aspx·**](http://WWW.tcese.tc.br/PecaUnlca/Autentlca.aspx) **com o código B126A473CEFF2D559C09DDDAEF6D5A5E**

**PiQO�INl0oTQiuurtr11611'2Qj3AUGUSTO CARVALHO RIBEIRO:04544358515 em 19/08/2019 12:38:4J>ágina 6**

**I**TR**C:**IBUNA**E**L DE**SE**CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE

**Processo TC/001761/2013 página 532 da peça unificada**

**PARPRE - Nº 3263/2019 SECRETARIA DO PLENO**

**página 7**

**Gabinete da Conselheira Susana Maria Fontes Azevedo Freitas.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**



**PARECER PRÉVIO Nº 3263**

Conforme o Demonstrativo dos recursos próprios aplicados em ações e serviços de saúde (fls. 144/145), o Munícipio de São Domingos atingiu o percentual de 8,48% **(oito vírgula quarenta e oito por cento);** ou seja, abaixo do mínimo de 15% **(quinze por cento)** preconizado pelo art. 198, §2°, inciso Ili da Constituição Federal e pelo art. 7° da Lei Complementar nº 141/2012.

Ao apresentar defesa, o interessado não apresentou justificativa ao apresente apontamento. Em verdade, o próprio Demonstrativo, assinado pelo contador e pelo interessado, traz uma "tabela de apuração dos gastos mínimos" o qual evidencia que o percentual exigido não fora aplicado.

Ademais, verifiquei que em anos anteriores (sob a responsabilidade do interessado) o percentual mínimo também não foi atingido. Assim ocorreu no exercício financeiro de 201O, quando apenas 7,96% **(sete vírgula noventa e seis por cento)** foi aplicado, bem como em 2011.

As Contas de Governo devem consolidar todas as ações desenvolvidas pelo Município, visto que a emissão do Parecer Prévio leva em consideração o atendimento às normas contábeis vigentes na Lei Federal nº 4.320/64, a execução orçamentária e financeira, bem como o cumprimento de limites constitucionais e legais atinentes à educação, saúde, pessoal e gastos do Poder Legislativo, evidenciando-se como mecanismo de verificação de resultados.

#### Sendo assim, mantenho a irregularidade, considerando-a gravíssima.

**3. e 4. Balanço Patrimonial. Ativo e Passivo financeiro. Retenções.** Para melhor entendimento, analisarei os itens 3 e 4 conjuntamente. Segundo a CCI, o saldo disponível consolidado em 31 de dezembro de

2012 era no valor de **R$ 580.938,37** (quinhentos e oitenta mil, novecentos e trinta e oito reais e trinta e sete **centavos). sendo** *o* valor **de** R$ 510.796,63 (quinhentos e aez mil, setecentos e noventa e seis reais e sessenta e três centavos) na conta livre movimento, o valor de **R$ 68.460, 19** (sessenta e oito mil, quatrocentos e sessenta

## r�Acw:���i�;lfs�Mm,.&1�6�����tff,f���,�!9:�m mil,

**Arquivo assinado digitalmente por CARLOS PINNA DE ASSIS:06101038572 em 09/08/2019 10:08:03**

**Arquivo assinado digitalmente por SUSANA M.t,RIA FONTES AZEVEDO FREITAS:29429307568 em 09/08/2019 11:45:09 Arquivo assinado digitalmente por CLOVIS BARBOSA DE MELO:05687942572 em 09/08/2019 11:50:36**

**Arquivo assinado digitalmente por MARIA ANGÉLICA GUIMARÃES MARINHO:11660732549 em 09/08/2019 12:06:16 Arquivo asslnado1!tgltalmenteJ>Qr:JOÃO AUGUSTO DOS Al<:IJOS BAl<:IDE:IM DE: ME:LLO.SS99SS7S4�3 ern 09/0812019 13.24. IS**

**AQQOE6tiiOoT:QiUUl'ti1tlfl20J3AUGUSTO CARVALHO RIBEIRO:04544358515 em 19/08/2019 12:38:4f>ágina 7**

**Valide a autenticidade deste em** [**'http://www.tcese.tc.br/PecaUnica/Autentica.aspx'**](http://www.tcese.tc.br/PecaUnica/Autentica.aspx%27) **com o código 8128A473CEFF20559C09DDDAEF605A5E**

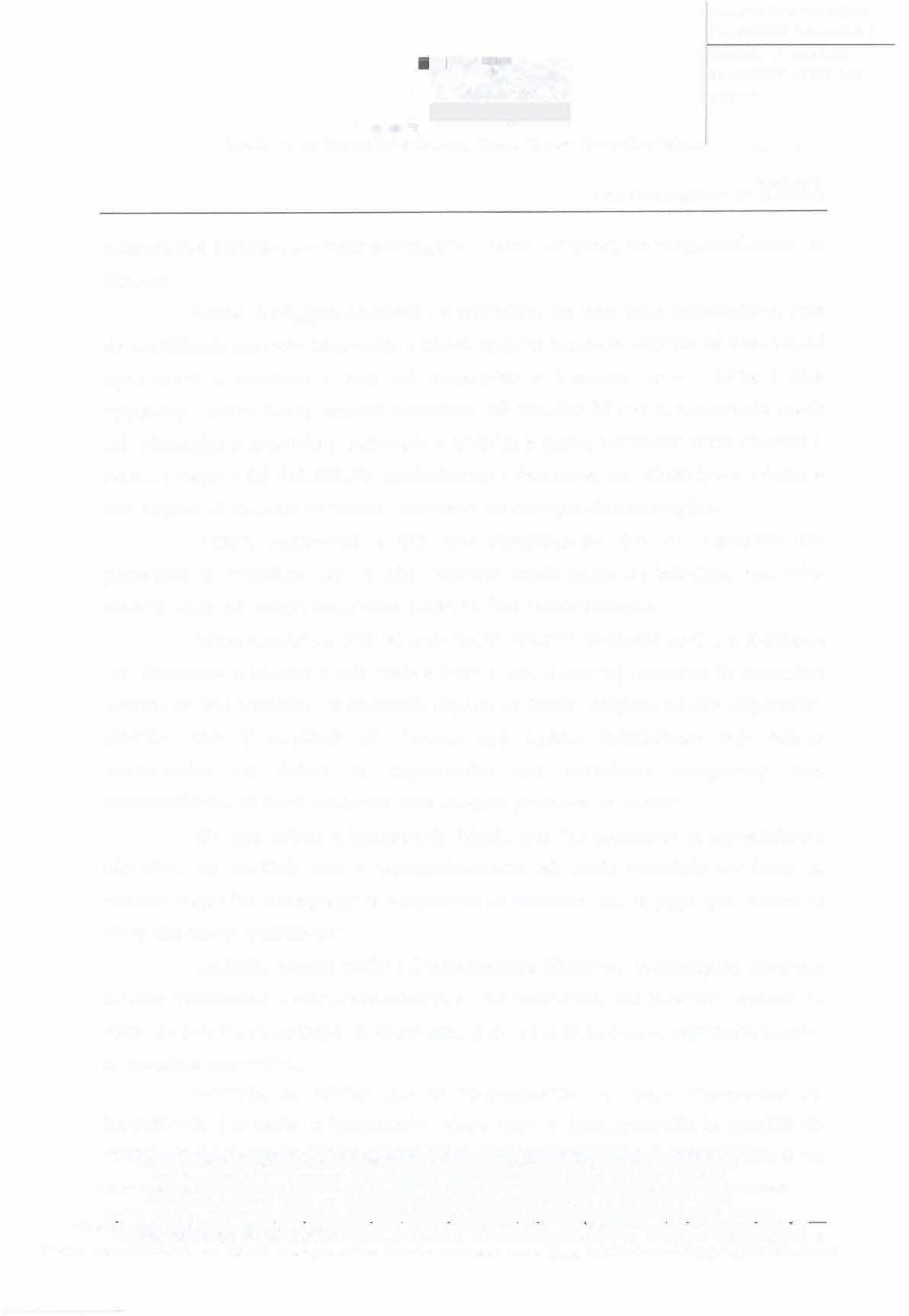
**I** TR**C**IBUNA**E**L DE**SE**CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE

Processo TC/001761/2013 página 533 da peça unificada

PARPRE - N**º** 3263/2019 SECRETARIA DO PLENO

página 8

**Gabinete da Conselheira Susana Maria Fontes Azevedo Freitas'----------**



**PARECER PRÉVIO Nº 3263**

seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta e cinco centavos) na conta movimento da Câmara.

Assim, a situação financeira do Município, em tese, seria superavitária, pois disponibilizaria recursos para quitar a dívida de curto prazo no valor de **R$ 566.740,32** (quinhentos e sessenta e seis mil, setecentos e quarenta reais e trinta e dois centavos). Porém, desse passivo financeiro, **R$ 146.867,94** (cento e quarenta e seis mil, oitocentos e sessenta e sete reais e noventa e quatro centavos) eram alusivos a restos a pagar e **R$ 419.872.38** (quatrocentos e dezenove mil, oitocentos e setenta e dois reais e trinta e oito centavos) referentes às retenções/consignações.

Assim, argumenta a CCI que considerando que as retenções não pertencem à Prefeitura; isto é, são recursos consignados de terceiros, seu valor deveria estar em contas vinculadas e não de livre movimentação.

Ainda segundo a CCI, tal valor de **R$ 419.872.38** (quatrocentos e dezenove mil, oitocentos e setenta e dois reais e trinta e oito centavos) referente às retenções deveria ter sido recolhido, no exercício, a quem de direito. A equipe técnica argumenta, também, que "a *ausência de repasse aos órgãos competentes dos valores descontados em folhas de pagamentos dos servidores (obrigação) sem disponibilidade de caixa evidencia uma conduta omissiva do gestor".*

Em sua defesa o interessado aduziu que "no *programa de contabilidade não tinha um relatório com* o *desmembramento em conta vinculada por fonte de recurso"* e que "as *consignações e depósitos de terceiros não foi pago* (sic) *devido ao saldo financeiro insuficiente".*

Destarte, assiste razão à Coordenadoria Oficiante. As retenções deveriam ter sido repassadas a seus destinatários e, não tendo sido, não deveriam constar na conta de livre movimentação do Município, uma vez que se tratam, patrimonialmente, de passivos financeiros.

Ademais, ao afirmar que as consignações não foram repassadas por

insuficiência financeira, o interessado reitera tanto a irresponsabilidade contábil da

t da

����'tt�f���;ttJt�����WF��������9A\fibfquê

Arquivo assinado digitalmente por CARLOS PINNA DE ASSIS:06101038572 em 09/08/2019 10:08:03

Arquivo assinado digitalmente por SUSANA M�RIA FONTES AZEVEDO FREITAS:29429307568 em 09/08/2019 11:45:09 Arquivo assinado digitalmente por CLOVlS BARBOSA D!;: MELO:05687942572 em 09/08/2019 11 :50:36

Arquivo assinado digitalmente pçr MARIA ANGÉLICA GUIMARAES MARINHO:11660732549 em 09/08/2019 12:06:16 Arquivo asslnadoMtalmenle.P.Q,:JOAO AUGUSTO oosAl<JJOS BANOE:IFtA OE ME:LLO.889988784!53 em 09/0812019 13.24.1S

AQOGmliitiiOol'QiUUitN1,20J3AUGUSTO CARVALHO RIBEIRO:04544358515 em 19/08/2019 12:38:4Página 8

Valide a autenticidade deste em ['htto://www.tcese.tc.br/PecaUnica/Autentica.aspx'](http://www.tcese.tc.br/PecaUnica/Autentica.aspx%27) com o código B128A473CEFF2D559C09DDDAEF6O5A5E

*�*-�.. ·�*nt*.

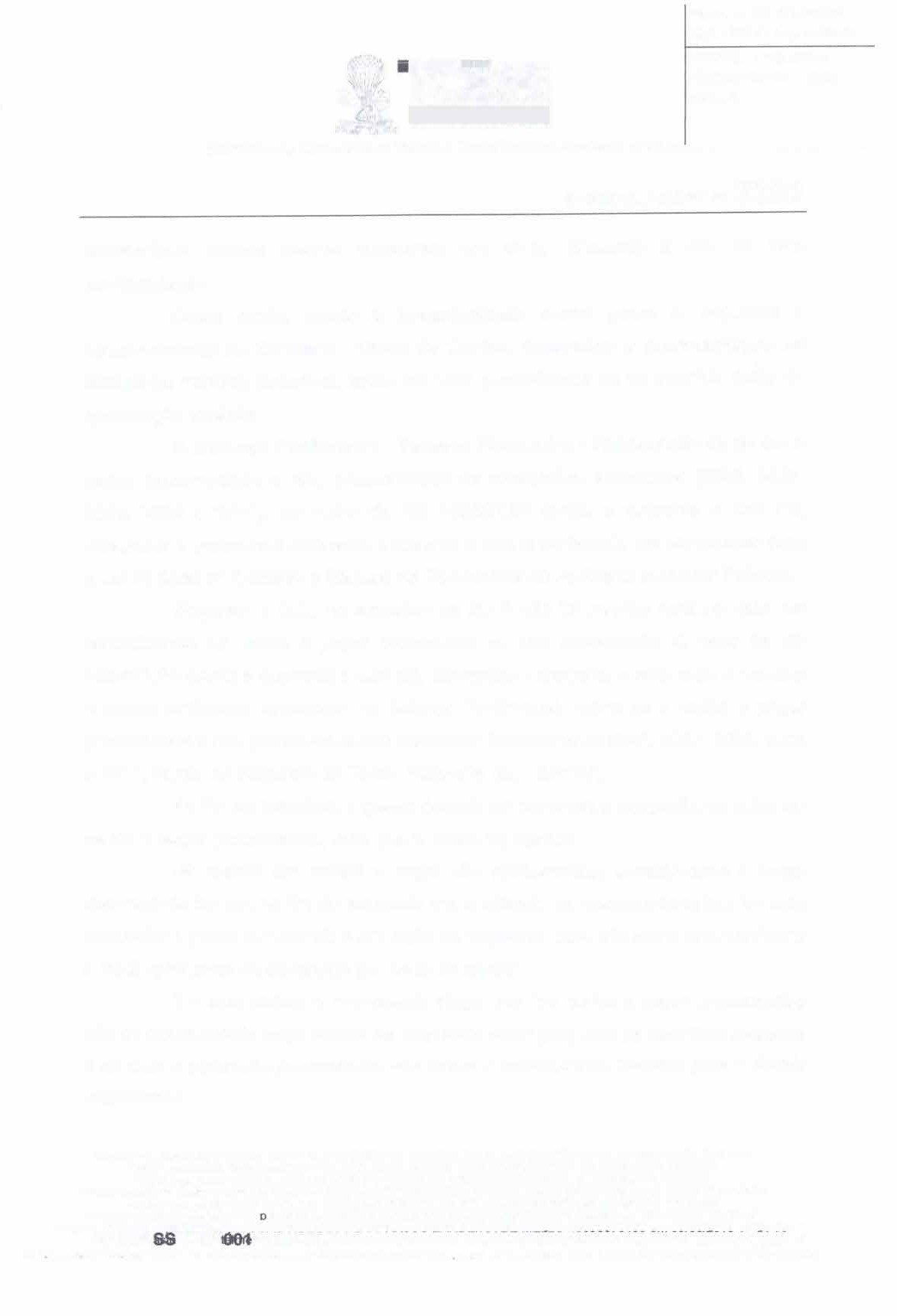
**�**

**I TRCIBUNAEL DESECONTAS DO ESTADO DE SERGIPE**

**Processo TC/001761/2013 página 534 da peça unificada**

**PARPRE - Nº 3263/2019 SECRETARIA DO PLENO**

**página 9**

**Gabinete da Conselheira Susana Maria Fontes Azevedo Freitas L-.---------**

**PARECER PRÉVIO Nº 3263**

necessidade desses valores constarem em conta vinculada e não de livre movimentação.

Deste modo, reputo **a irregularidade como grave** e, seguindo o posicionamento do Ministério Público de Contas, **determino a representação ao Ministério Público Estadual,** tendo em vista possibilidade de ter ocorrido delito de apropriação indébita.

1. **Balanço Patrimonial - Passivo Financeiro - Reinscrição de restos a pagar processados e não processados de exercícios anteriores (2005, 2007, 2008, 2009 e 2011), no valor de R$ 146.867,94** (cento e quarenta e seis mil, oitocentos e sessenta e sete reais e noventa e quatro centavos), **em desacordo com a Lei Federal nº 4.320/64 e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.**

Segundo a CCI, no exercício de 2012 não foi inscrito nenhum valor na contabilidade de restos a pagar processado ou não processado. O valor de **R$ 146.867,94** (cento e quarenta e seis mil, oitocentos e sessenta e sete reais e noventa e quatro centavos), registrado no Balanço Patrimonial, refere-se a restos a pagar processados e não processados dos exercícios financeiros de 2005, 2007, 2008, 2009 e 2011, conforme Relatório da Dívida Flutuante (fls. 132/137).

Ao fim do exercício, o gestor deveria ter cumprido a obrigação de quitar os restos a pagar processados, visto que já foram liquidados.

Já quanto aos restos a pagar não processados, considerando o longo decursos de tempo, ao fim do exercício ora analisado os mesmos deveriam ter sido liquidados e pagos ou ocorrido a anulação do empenho, caso não tenha sido verificado o inadimplemento da obrigação por parte do credor.

Em sua defesa o interessado alega que *"os restos a pagar processados não foi devidamente pago devido as empresas estar* (sic) *com as certidões invalidas e no resto* a *pagar não* JJrocessados não houve **a** liquidaçSo *da despesa para* o *devido pagamento".*

**Arquivo assinado digitalmente por CARLOS ALBERTO SOBRAL DE SOUZA:03405010578 em 09/08/2019 08:59:37 Arquivo assinado digitalmente por ULICES DE ANDRADE FILHO:66593450863 em 09/08/2019 09:15:33**

**Arquivo assinado digitalmente por CARLOS PINNA DE ASSIS:06101038572 em 09/08/2019 10:08:03 assinado digitalmente por SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS:29429307568 em 09/08/2019 Arquivo assinado digitalmente por CLÓVIS BARBOSA DE MELO:05687942572 em 09/08/2019 11:50:36**

**Arquivo 11:45:09**

**Arquivo assinado digitalmente or MARIA ANGÉLICA GUIMARAES MARINHO:11660732549 em 09/08/2019 12:06: 16 Arqu1vl:rastrrnrtnràtcrttlltn'mntl'!"lfl,r"ji&,..(�:1{'.;t:tS'To-t:70S��s-e;�'.ll'"l1'��w:t:tOfflm111mffl"l!l'Tl�'ôm:,ttt-�l"?zl"Tlt-**

**AQO�** Oo"Jei **r1161112013AUGUSTO CARVALHO RIBEIR0:04544358515 em 19/08/2019 12:38:4J>ági'na 9**

**Valide a autenticidade deste em** [**'htto://www.tcese.tc.br/PecaUnica/Autentica**](http://www.tcese.tc.br/PecaUnica/Autentica) **asox' com o códiao 8128A473CEFF2D559C09DDDAEF6D5A5E**

**I TRCIBUNAEL DESECONTAS**

**DO ESTADO DE SERGIPE**

**Processo TC/001761/2013 página 535 da peça unificada**

**PARPRE - Nº 3263/2019 SECRETARIA DO PLENO**

**página 10**

**Gabinete da Conselheira Susana Maria Fontes Azevedo Freitas,**



**PARECER PRÉVIO Nº 3263**

Ora, não assiste razão ao interessado quanto ao argumento das certidões inválidas, pois é pacífico o entendimento que certidão negativa não impede pagamento ao credor pela obrigação adimplida2.

Ao revés, a retenção do pagamento unicamente por falta da certidão poderá, inclusive, ser considerado como enriquecimento ilícito, pois a municipalidade se beneficiou com o serviço, mas não garantia a contraprestação necessária.

Deste modo, a reiterada reinscrição de restos a pagar além de impactar a programação financeira de desempenho dos exercícios seguintes, desrespeita o princípio orçamentário da anualidade e da ordem cronológica de pagamentos do Município, previsto no art. 165, inciso Ili, da Constituição Federal, motivo pelo qual **mantenho a irregularidade.**

###### Balanço Financeiro - Divergência entre o valor registrado na conta receita extra orçamentária do Balanço Financeiro das Consignações - Depósitos de Terceiros com o registrado no Demonstrativo da Dívida Flutuante. Além de não constar o registro dos restos a pagar inscritos no exercício financeiro.

Em sua defesa, o interessado argumentou que "a *diferença é de R$ 222.216, 16. Não houve divergência referente as consignações de depósitos de terceiros e consta os restos* a *pagar no exercício financeiro que está na prestação de contas de 2012 enviado* ao *Tribunal de Contas do Estado de Sergipe",* porém não esclareceu o apontamento nem apresentou documentos novos capazes de sanar a falha. Sendo assim, **considero não sanado o apontamento.**

###### Sentenças Judiciais/Precatório não foram registrados nos Demonstrativos Contábeis, contrariando o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC's TSP).

**2 '.!V�if�a.filirffi!iJaililé�bal.lda6Rll'ltr��:6!@5cidade aewb�asl89:!3retenção**

de�--��im m

**A�Jl'íi\att61Bi\jlfi��;'**sljg����m�t�����84.!!J�-

��

**ém ����1t:4o:IRI ,ano.**

**Relqtditrqc,j'flC!i8M!Jl�ifujtj!lfl;1ffl1taP�•EIARBOSA DE MELO:05687942572 em**

**Arquivo assinado digitalmente pgr MARIAANGÍ!ÜCA GUIMARAES MARINHO:116607325049/0e8m/20091/9081/12:05109:3162:06: 16**

**Arquivo asslnado.tOalmol:Qentei .;.JOAO AUGUSTO 005 AlqJOS BAlqOE:IFtAOE: ME:LLO.889988784�3 em 09/0812019 13.24.1S**

**�-120J3AUGUSTO**

**AQ(i)QE CARVALHO RIBEIRO:04544358515 em 19/08/201912:38�gina 10**

Valíd<> a aut.mticidad<> d<>c:,tg <>m 'http://www.tc<>c:<>.tc.br/P<>c:aUnic:a/Aut<>ntica.ac:,p,c' com o código B128A.473CEFF2O55QC0QDDDAEF6D5A5E

� **ICESE**

p**P**á**ro**gi**c**n**e**a**s**5**s**3**o**6**T**d**C**a**/0**p**0**e**1**ç**7**a**6**u**1**n**/2**ifi**0**c**1**a**3**da

PARPRE - **Nº** 3263/2019 SECRETARIA DO PLENO

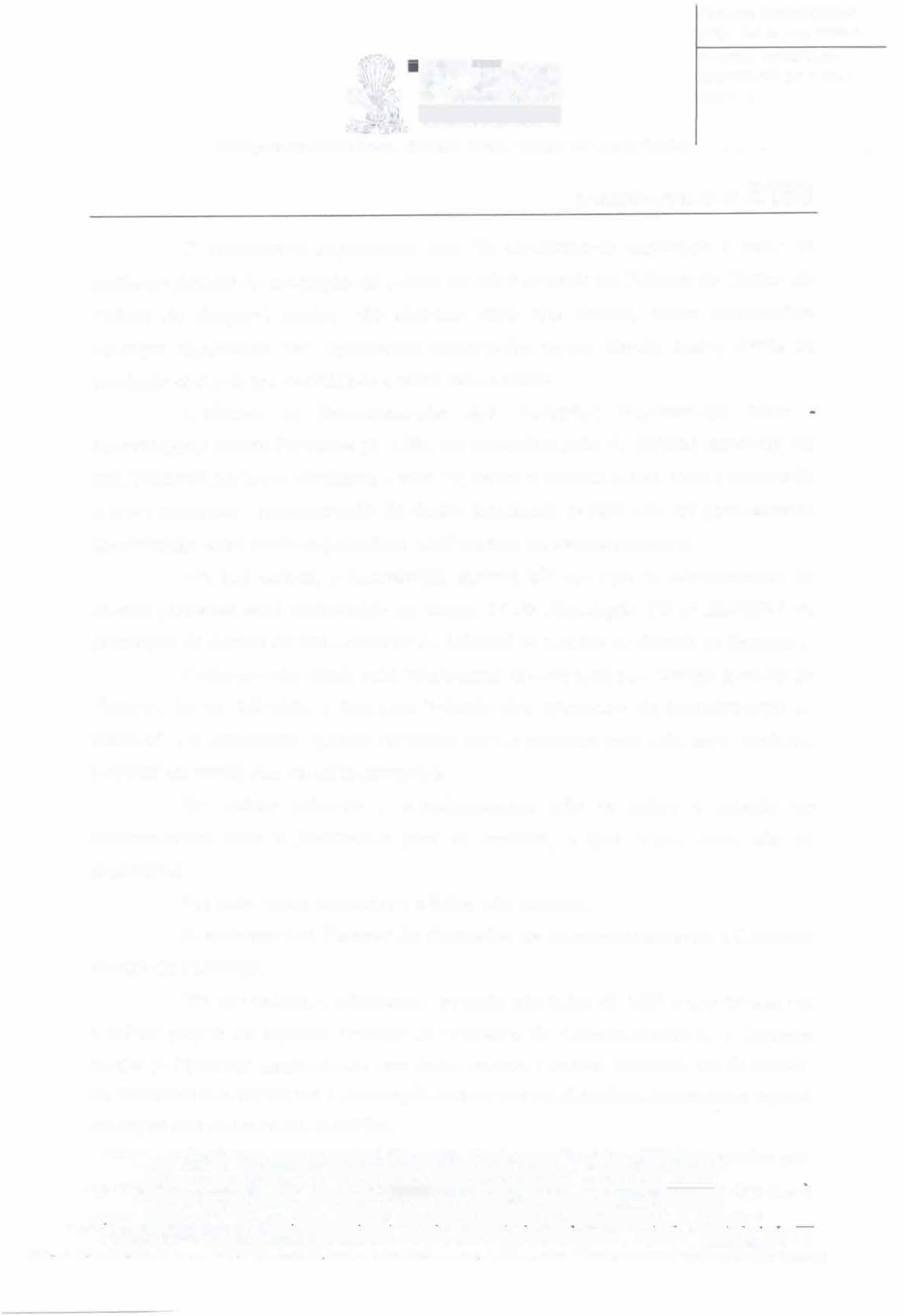
*q*-� *;{*

�

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE

página 11

***Gabinete da Conselheira Susana Maria Fontes Azevedo Freitas L---------***



***PARECER PRÉVIO N*º 3263**

O interessado argumentou que *"foi devidamente registrada* o *valor da*

*sentença judicial na prestação de contas de 2012 enviado* ao *Tribunal de Contas do Estado de Sergipe",* porém, não apontou onde, nas Contas, essas informações

estariam registradas, nem apresentou documentos novos. Sendo assim, diante da ausência documental, **considero a falha não sanada.**

###### Houve na Demonstração das Variações Patrimoniais Ativa

**Amortização Dívida Fundada (fl. 125), um cancelamento de dívidas passivas R$ 256.176,59(duzentos** e cinquenta e seis mil, cento e setenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) - **(amortização da dívida fundada), porém não foi apresentado**

###### documento hábil (nota explicativa) justificando os cancelamentos.

Em sua defesa, o interessado apenas afirmou que "o *cancelamento de dividas passivas está esclarecido no anexo 37 da Resolução TC nº 22212012 na prestação de contas de 2012 enviado* ao *Tribunal de Contas do Estado de Sergipe".*

O documento citado pelo interessado encontra-se nas Contas envidas ao

Tribunal, às fls. 286/289, e traz uma "relação dos processos de cancelamento do passivo". Tal documento apenas corrobora com o afirmado pela CCI, sem, contudo,

justificar ou esclarecer os cancelamentos.

Em outras palavras o questionamento não se refere a relação do

cancelamento, mas a justificativa para tal conduta, o que, como visto, não foi explicitado.

Por esta razão, **considero a falha não sanada.**

###### Ausência do Parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDES.

Em sua defesa, o interessado acostou aos autos (fl. 505) o que parece ser

a última página do suposto Parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, assinado por uma única pessoa. Inexiste, **inclusive,** ata da sessão do Conselho que comprove a aprovação das contas do Município, atestando a regular alocação dos recursos do FUNDEB.

Arqui�, Ar�riqiu�i�vo�n�adso· �-di i!1taml��§M���L�����7����:�8$to por,

�\fnlAftrqlufiDDivo ,a�ssiin�a o digital nmtaen&üite posr�ÇRAEIIRLJ8RJQS i7�R'ZEIDE A�SSlS:0�Ei: lum:!S1038572 EBecn&m09leSe«lel/08/2019 !:Se10:0ltme8:03 S1H.gasos a

i

Arquivo assinado digitalmente pmQernMteApRoIrACALNÓGVÉISLIBCARGBUOIMSAARDÃEEMSEE.0:0 87942572 em 09/0e8/2019 11:50:36

Arquivo�asslneEadoMBtiit0almo'Ieenleiuurt.e.Qf:Jiil6OA1O,A20:tUG3USATUOG0US0T5OACNAJORSVABALHl�OOE:IMOE: ME:LL0.889988784�3 em 09/08120 19 13.24.1a

MARINHO:11660732549 m 09/08/2019 12:06:16

Vali.de **a** autent1c1dade deste em ['htto://www.tcese.tc](http://www.tcese.tc/) br/PecaUnica/Autentica.asRoxIB' cEoIR0o:0c4ó5d4io4o3588152185Ae4m731C9E/0F8F/22D0159591C2:0398D:liRáDDgAiEnFa6D151A5E

m

**Processo TC/001761/2013 página 537 da peça unificada**



**SECRETARIA DO PLENO**

� **IFi-S:17**

**·- ··" ····• PARPRE - Nº 3263/2019**

��/ **TR�ALÕECONW página 12**

.�--� DO ESTADO DE SERGIPE

**Gabinete da Conselheira Susana Maria Fontes Azevedo Freitas.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**PARECER PRÉVIO Nº 3263**

educação, de modo que o documento apresentado, que exprime somente a assinatura de um único representante, carece de validade.

Destaco que o citado Parecer faz parte da lista dos documentos exigidos pela Resolução TC nº 222/2002, a ser exibido quando da apresentação da Prestação de Contas pelo gestor, o que não ocorreu no presente caso. Ademais o art. 37 da Resolução TC nº 243/2007 exige que o mesmo esteja assinado por todos os seus membros.

No mesmo sentido, a Lei Federal nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB dispõe acerca da necessidade de lavratura de Parecer pelo Conselho, *in verbis:*

Art. 27. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão contas dos recursos dos Fundos conforme os procedimentos adotados pelos Tribunais de Contas competentes, observada a regulamentação aplicável.

Parágrafo único. As prestações de contas serão instruídas com parecer do conselho responsável, que deverá ser apresentado ao Poder Executivo respectivo em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas prevista no caput deste artigo.

Por fim, ressalto que essa irregularidade ocorreu também nas Contas relativas aos exercícios de 201O e 2011, sob responsabilidade do interessado.

Deste modo, entendo que **a falha permanece.**

Deste modo, ante toda a fundamentação apresentada, que passa a integrar o dispositivo como se nele estivesse transcrita, coaduno com o entendimento da CCI Oficiante e do *Parquet* de Contas e **VOTO pela EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO**

###### RECOMENDANDO A REJEIÇÃO das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de São Domingos, referente ao exercício financeiro de 2012, de responsabilidade de José Robson Mecena, DETERMINANDO a REPRESENTAÇÃO ao Ministério

**PAúrqbuliviocaossiEnasdtoaddigiutaalmlefü**o**e**a**p**r**o**a**r C**a**�**u**R**e**LO**e**S**s**A**t**L**a**BE**t**R**o**T**m**O**e**SO**c**B**o**R**n**AL**he**OE**ci**S**m**OLJ**e**Z**n**A**t**:**o**034**d**0**a**50**s**10**c**57**o**8**n**e**d**m**u**0**t**9**a**/0**s**8/2**a**0**u**19**e**0tf**o**:5**o**9**d**:3**e**7**m, em

tese. ���me�t1a=�Ht�&%1,�ri�i��rti�&� **3**

giJ:i:f**Arquivo assinado digitalmente por SUSANA MARIA FONTES ZEVEDO FREITAS: 94 9307568 em 0 /08/2 19 11 :45:09 Arquivo assl11ad0Jll'Y!ralmente1>.Qt..JOAO AUGUSTO oos Al<lJOS BAl<lOl:IRAOE Ml:LLO.SS99SS7S4�3 em 0910812019 13.24.1S**

**Valide a CARVALHO RIBEIR0:04544358515 em 19/08/2019 12:38fiitágina**

**Arquivo assinado digitalmente pQr MARIA ANGÉLICA GUIMARAES MARINHO:11660732549 em 09/08/2019 12:06:16**

**Arquivo assinado digitalmente por CLÓVIS BARBOSA DE MELO:05687942572 em 09/08/2019 11:50:36**

**Pft(i)elzlifi0ol'Giuurt�-�2013AUGUSTO** 12

**autenticidade deste em** [**'http://www.tcese.tc.br/PecaUnica/Autentica.aspx'**](http://www.tcese.tc.br/PecaUnica/Autentica.aspx%27) **com o código B128A473CEFF2D559C09DDDAEF6D5A5E**

**�� IC:ESE**

**Processo TC/001761/2013 página 538 da peça unificada**

**PARPRE- Nº 3263/2019 SECRETARIA DO PLENO**

�**-�";::f.***vi***,**

**DTROIBESUTNAADLODDEECSOERNGTIAPSE**

**página 13**

#### voto.

**Gabinete da Conselheira Susana Maria Fontes Azevedo Freitas'----------**

**PARECER PRÉVIO Nº 3263**

#### Pela Rejeição com remessa ao Ministério Público Estadual é como

Isto posto, e

**Considerando** a documentação que instrui o processo;

**Considerando** a análise e pronunciamento da CCI oficiante;



**Considerando** a manifestação nos termos do Parecer de nº 490/2019, do

*Parquet* de Contas;

**Considerando** o relatório e voto da Conselheira Relatora;

**Considerando** o que mais consta dos autos.

#### DELIBERA O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE, no

uso de suas atribuições constitucionais e legais, em Sessão Plenária, realizada no dia 11 de julho de 2019, por unanimidade de votos, pela **EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO RECOMENDANDO A REJEIÇÃO** das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de São Domingos, referente ao exercício financeiro de 2012, de responsabilidade de José Robson Mecena, determinando a **REPRESENTAÇÃO** ao Ministério Público Estadual para que este tome conhecimento das condutas que podem, em tese, configurar ilícitos penais e atos de improbidade administrativa.

Participaram do julgamento os Conselheiros: **Ulices de Andrade Filho** - Presidente, **Carlos Alberto Sobral de Souza** - Vice-Presidente, **Susana Maria Fontes Azevedo Freitas** - Conselheira e Relatora, **Maria Angélica Guimarães**

**Marinho** - Corregedora-Geral, **Carlos Pinna de Assis** e **Clóvis** Barbosa de Melo, além do Conselheiro Substituto **Alexandre Lessa Lima,** com a presença do Procurador-Geral **João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello.**

**Arquivo assinado digitalmente por CARL���RTO SOBRAL DE SOUZA:03405010578 em 09/08/2019 08:59:37**

**����i����i,,§��t,m��..tW!ã�frsJNffl:Pe�rJ1�?ciJt;PT**ADO DE

**i**

**A�i:,q',Wlt:. �,c.�IAltpi�ifwifbo,�Qi.gitÃial�mer:iteitpáolttr ilSHU.SJAi)No00..A M�ARIA�F8Q1CaN���\/�SJOLOF:0R5E6I8T7A9S4:225974229e3m070596/088e/m20109/1018/:520:139611:45:09 ArquivAorqausisvlonaadsosiMnadtoaldmigeintalelm.P.W.enteJOpÃorOMAAURGIAUSANTOG�0LOICSAAGl<JJUOIMSABRAÃl<JEOS!:MIAAAROIN!:HMO!::1L1L6O6.0878392958849784em�309e/0m80/290/019812102:10961:136.24.1S**

**AROG&iBtiJOol':eiuurtiil61'20-:t3AUGUSTO CARVALHO RIBEIRO:04544358515 em 19/08/2019 12:38�gina 13**

**Valide a autenticidade deste em** [**'http://www.tcese.tc.br/PecaUnica/Autentica.aspx'**](http://www.tcese.tc.br/PecaUnica/Autentica.aspx%27) **com o código B128A473CEFF2D559C09DDDAEF6D5A5E**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

�w

.-;,;...-.;.:.::, DO ESTADO DE SERGIPE

**Processo TC/001761/2013 página 539 da peça unificada**

**PARPRE - Nº 3263/2019 SECRETARIA DO PLENO**

**página 14**

**Gabinete da Conselheira Susana Maria Fontes Azevedo Freitas** i...

**PARECER PRÉVIO Nº 3263**

##### PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Conselheiro **ULICES DE ANDRADE FILHO**

Presidente

Conselheira **SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS**

Relatora

Conselheiro **CARLOS ALBERTO SOBRAL DE SOUZA**

Vice-Presidente

Conselheira **MARIA ANGÉLICA GUIMARÃES MARINHO**

Corregedora-Geral Conselheiro **CARLOS PINNA DE ASSIS**

Conselheiro **CLÓVIS BARBOSA DE MELO**

Conselheiro **LUIZ AUGUSTO CARVALHO RIBEIRO**

Fui presente:

##### JOÃO AUGUSTO DOS ANJOS BANDEIRA DE MELLO

Procurador-Geral do Ministério Público Especial de Contas

**CÂMARA MUN. OE SÃO DOMINGOS APROVADO EM DISCUSSÃO**

**I A** /�t{

**EM\_l\_b..\_9**

**p**

**Arquivo assinado digitalmente por CARLOS ALBERTO SOBRAL DE SOUZA:03405010578 em 09/08/2019 08:59:37 Arquivo assinado digitalmente por ULICES DE ANDRADE FILHO:66593450863 em 09/08/2019 09:15:33**

**Arquivo assinado digitalmente por CARLOS PINNA DE ASSIS:06101038572 em 09/08/2019 10:08:03**

**Arquivo assinado digitalmente por SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS:29429307568 em 09/08/2019 11 :45:09**

**ArquivoAarqsusiinvoadaossdiingaitdaolmdeignittealpmQernMteApRoIrACLÓVIS BARBOSA D;: MELO:05687942572 em 09/08/2019 11:50:36**

**Arquivo asslnado talrnente JOAO**

**ANGÉLICA GUIMARAES MARINHO:11660732549 em 09/08/2019 12:06:16**

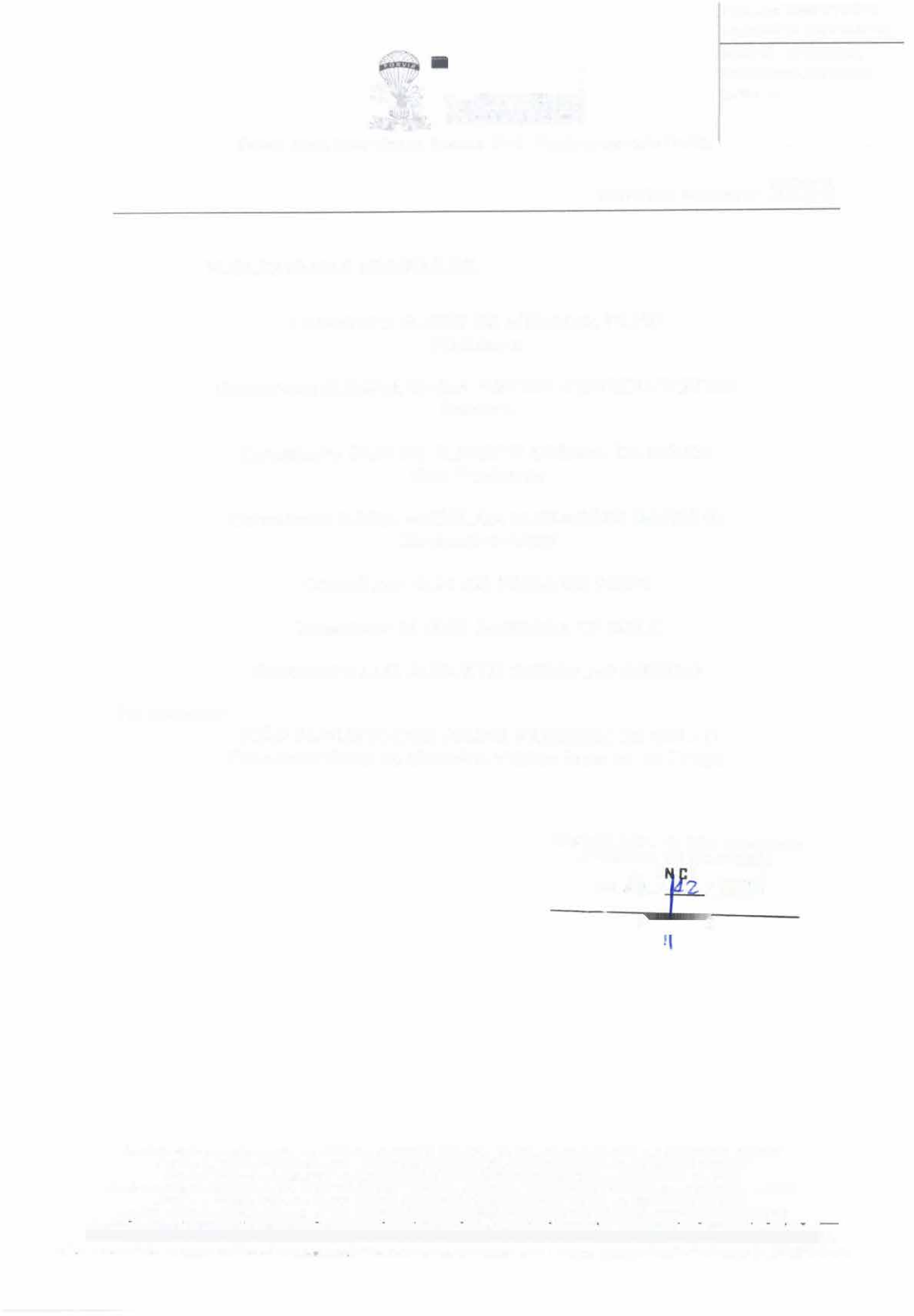
**. o i .&;i**

**AUGUSTO DOSANJOS BANOE:IMOE: ME:LLO.SS99B878453 em 09/08/2019 13.24.18**

**Valide a**

**AAOG&i O l'Q N1,2o.:t3AUGUSTO CARVALHO RIBEIRO:04544358515 em 19/08/2019 12:38�gina 14**

**autenticidade deste em** [**'http://www.tcese.tc**](http://www.tcese.tc/) **br/PecaUnica/Autentica.aspx' com o códioo 8128A473CEFF2D559C09DDDAEF6D5A5E**

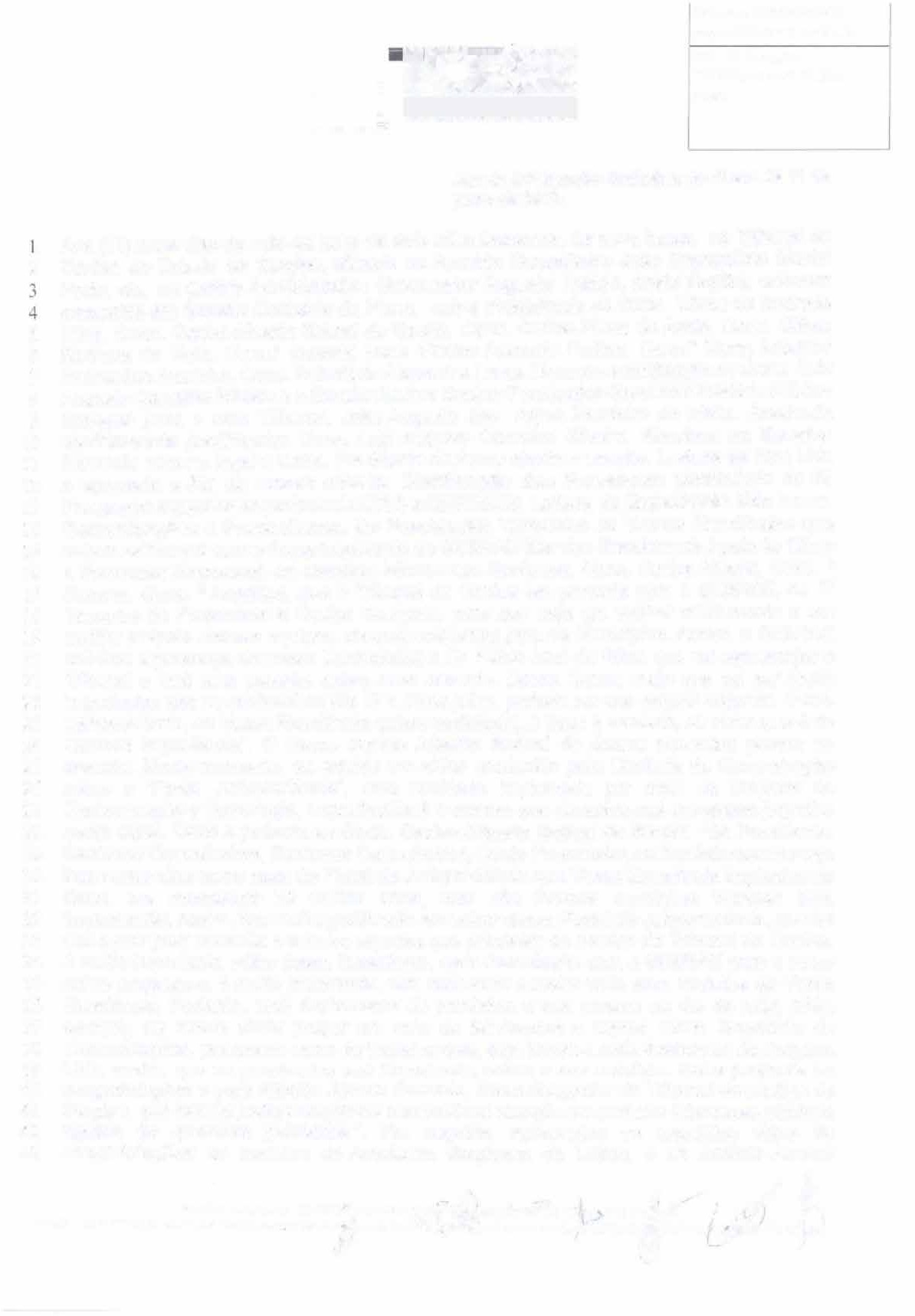


ITRCIBUNAFL DESECONTAS DO ESTADO OE SERGIPE

**Processo TC/001761/2013 página 540 da peça unificada**

**ATA- Nº 888/2019 SECRETARIA DO PLENO**

**página 1**



2

5

6

7

8

9

10

l 1

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

:22

\_').),.,

24

25

26

27

28

29

30

3l 32

\_,

'>'"I

.)

34

35

36

37

38

39

40

41

41

43

**Ata da 21ª Sessão Ordinária do Pleno de 11 de julho de 2019.**

Aos (11) onze dias do mês de jul�o de dois mil e dezenove, às nove horas, no !ribunal �e Contas do Estado de Sergipe, situado na Avenida Conselheiro Joao Evangelista Maciel Porto, s/n, no Centro Administrativo Governador Augusto Franco, nesta Capital, estavam presentes em Sessão Ordinária do Pleno, sob a Presidência do Cons. Ulices de Andrade

\_ \_ \_

Filho, Cons. Carlos Alberto Sobral de Souza, Cons. Carlos Pinna de Assis, Cons. Clóvis Barbosa de Melo, Cons.ª Susana Maria Fontes Azevedo Freitas, Cons.ª Maria Angélica Guimarães Marinho, Cons. Substituto Alexandre Lessa Lima em substituição ao Cons. Luiz Augusto Carvalho Ribeiro e o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Ministério Público Especial junto a este Tribunal, João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello. **Ausência devidamente justificada:** Cons. Luiz Augusto Carvalho Ribeiro. **Abertura da Sessão:** Havendo número legal o Cons. Presidente declarou aberta a sessão. **Leitura da** Ata: Lida e aprovada a Ata da sessão anterior. **Distribuição dos Processos:** Distribuição de 63 Processos autuados no período de 27/06 a 03/07/2019. **Leitura do Expediente:** Não houve. **Comunicações e Proposituras. Do Presidente:** "Comunico as Vossas Excelências que ontem estivemos com o Superintendente do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro

e Pequenas Empresas) em Sergipe; informo aos Senhores, Cons. Carlos Alberto, Cons. ª Susana, Cons. ª Angélica, que o Tribunal de Contas fez parceria com o SEBRAE, no 1° Encontro de Pregoeiros e Equipe de Apoio, para que haja um melhor treinamento e um melhor preparo dessas equipes, visando economia para os Municípios. Assim, o SEBRAE solicitou a presença do nosso Controlador, o Dr. Fábio José da Silva, que vai representar o Tribunal e fará uma palestra sobre esse assunto. Dessa forma, creio que vai ser muito importante; isso se realizará no dia 17 a 19 de julho, período em que estarei viajando . Cons. Carlos Alberto, se Vossa Excelência quiser particípar(...) fique à vontade, eu acho que é de ex.trema importância". **O Cons. Carlos Alberto Sobral de Souza** prometeu pensar no assunto. Neste momento, foi exibido um vídeo produzido pela Diretoria de Comunicação sobre o "Portal Jurisprudência", uma novidade implantada por meio da Diretoria de

Modernização e Tecnologia, o que facilitará o acesso dos cidadãos aos processos julgados nesta Casa. **Dada a palavra ao Cons. Carlos Alberto Sobral de Souza:** "Sr. Presidente, Senhoras Conselheiras, Senhores Conselheiros, Douto Procurador, eu fico feliz quando vejo fatos concretos como esse do Portal de Jurisprudência que Vossa Excelência implantou na Casa, era necessário há muitos anos, mas não tivemos condições técnicas para implementar. Assim, fico muito gratificado em saber desse Portal de Jurisprudência, que irá nos servir para consulta e a todos aqueles que precisam do serviço do Tribunal de Contas, é muito importante. Além disso, Excelência, essa associação com o SEBRAE para o curso sobre pregoeiros, é muito importante, tem realmente a maior valia essa iniciativa de Vossa Excelência. Portanto, está duplamente de parabéns a sua pessoa no dia de hoje, aliás, sempre. Eu queria ainda propor um voto de felicitações a Carlos Cauê, Secretário de Comunicações, porque no ramo de trabalho dele, seja talvez o mais destacado de Sergipe.

Vale. assim. que se parabenize sua Excelência, sobre o seu natalício. Outra proposta de

congratulações é para Alberto Romeu Gouveia, Desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe, que tem na justiça sergipana sua profícua atuação em prol dos interesses públicos ligados às questões judiciárias.". Em seguida, apresentou os seguintes votos de congratulações: ao membro da Academia Sergipana de Letras, o Dr. Antônio Amaral

**t**

. . . ""'"''° **loci"ldo po, DANIE0'JILVEIRA C.ARÍÍAL[t,,.,,.\_,:c.'m 2.,/r.,.o19 t1;�** , /4 ,/

**Valide • '"teotic11lade deste em 'httpilwww Ices,.te.)eoaUolca/��;, com o códigJ,5B78467,Jr1FSE7c�075D1"**

. *I*

ITRCIBUNAEL DESECONTAS 00 ESTADO DE SERGIPE

**Processo TC/001761/2013 página 541 da peça unificada**

**ATA- Nº 888/2019 SECRETARIA DO PLENO**

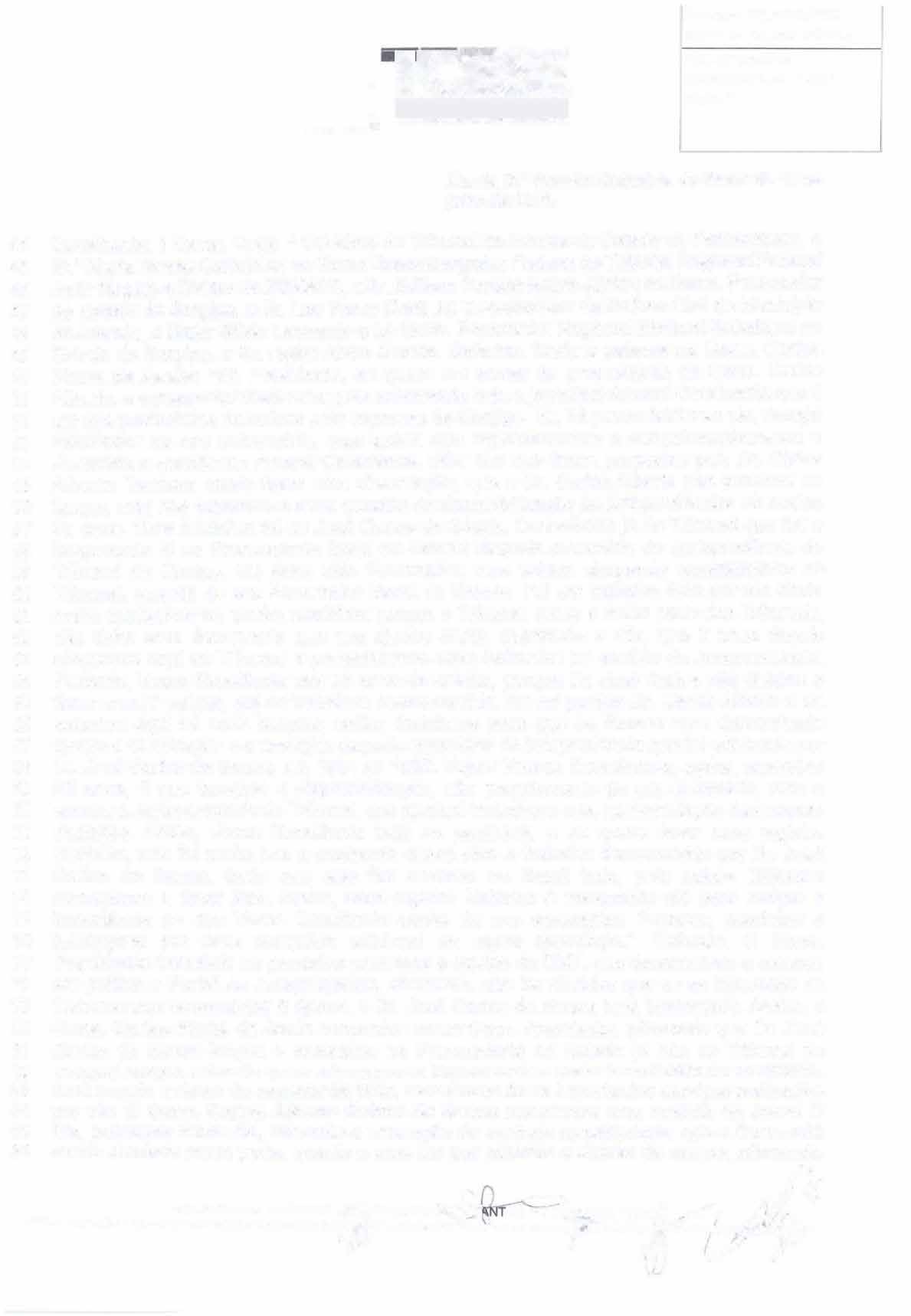
**página 2**

**Ata da 21ª Sessão Ordinária do Pleno de 11 de julho de 2019.**

1. Cavalcante; à Exma. Cons. ª Ouvidora do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, a
2. Sr. ª Maria Teresa Carminha; ao Exmo Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal
3. da 5ª Região e Diretor da ESMAFE, o Sr. Edilson Pereira Nobre Júnior; ao Exmo. Procurador
4. do Estado de Sergipe, o Sr. Leo Peres Kraft; ao Coordenador da Defesa Cívil do Município
5. de Aracaju, o Major Sílvio Leonardo e ao Exmo. Procurador Regional Eleitoral Substituto no
6. Estado de Sergipe, o Sr. Heitor Alves Soares. Deferido. **Dada a palavra ao Cons. Carlos**
7. **Pinna de Assis:** "Sr. Presidente, eu quero me somar às proposituras do Cons. Carlos
8. Alberto, e acrescentar mais uma; pois aniversaria hoje o jornalista Amaral Cavalcante que é
9. um dos patrimônios da cultura e da imprensa de Sergipe. Eu, há pouco falei com ele, desejei SJ felicidades no seu aniversário, mas queria que registrássemos e cumprimentássemos o
10. Jornalista e acadêmico Amaral Cavalcante, além dos que foram propostos pelo Dr. Carlos
11. Alberto. Também quero fazer uma observação, que o Dr. Carlos Alberto não precisou no
12. tempo, mas nós esperamos essa questão da disponibilização de jurísprudências há exatos
13. 35 anos. Essa iniciativa foi de José Carlos de Sousa, Conselheiro já do Tribunal que fez o
14. lançamento lá na Procuradoria Geral do Estado daquele ementário de Jurisprudência do
15. Tribunal de Contas. Ele tinha sido Procurador, mas estava chegando recentemente ao
16. Tribunal, quando eu era Procurador-Geral do Estado. Foi um trabalho feito por ele ainda
17. muito manualmente, porém meritório; porque o Tribunal, como a maior parte dos Tribunais,
18. não tinha essa ferramenta que nos ajudou muito, sobretudo a nós, que 2 anos depois
19. chegamos aqui ao Tribunal e precisávamos estar balizados no sentido da Jurisprudência.
20. Portanto, Vossa Excelência tem 35 anos de crédito, porque Dr. José Carlos não chegou a
21. fazer uma 2ª edição, até se trabalhou nesse sentido. Eu sei porque Dr. Carlos Alberto e eu
22. estamos aqui há mais tempos; então, insistimos para que se fizesse num determinado
23. tempo a atualização e a reedição daquele ementário de jurisprudência que foi publicado por
24. Dr. José Carlos de Sousa, em 1984 ou 1985. Vejam Vossas Excelências, agora, passados
25. 35 anos, é que teremos a disponibilização, não propriamente de um ementário, mas o
26. acesso à Jurisprudência do Tribunal, que ajudará inclusive a nós, na formulação das nossas
27. decisões. Então, Vossa Excelência está de parabéns, *e* eu quero fazer esse registro
28. histórico, pois foi muito boa a aceitação dessa obra e trabalho desenvolvido por Dr. José
29. Carlos de Sousa, tanto que isso fez sucesso no Brasil todo, pois outros Tribunais
30. começaram a fazer isso. Assim, esse registro histórico é necessário até para realçar a
31. importância do que Vossa Excelência acaba de nos apresentar. Portanto, parabéns e
32. felicitações por essa conquista adicional da nossa tecnologia.". Deferido. O **Cons.**
33. **Presidente** transferiu os parabéns para toda a equipe da DMT, que desenvolveu e colocou
34. em prática o Portal de Jurisprudência, afirmando não ter dúvidas que se se houvesse os
35. instrumentos necessários à época, o Dr. José Carlos de Sousa teria implantado. Assim, o
36. **Cons. Carlos Pinna de Assis** concordou como Cons. Presidente, afirmando que Dr. José
37. Carlos de Sousa lançou o ementário na Procuradoria do Estado (e não no Tribunal de
38. Contas) porque entendia que a advocacia do Estado seria a maior beneficiária do ementário,
39. reafirmando o dever de registrar tal feito, reconhecendo os importantes serviços realizados
40. por ele. O **Cons. Carlos Alberto Sobral de Souza** mencionou uma matéria do Jornal O
41. Dia, publicada neste dia, referente a uma ação de controle constitucional que a Corte está
42. sendo arrolada como parte, quanto a uma Lei que autoriza a divisão de cargos, afirmando

**rqu,vo incluído por DANIEL S**

**Valide a autenticidade deste em** [**'http://www.tcese.tc.br/1**](http://www.tcese.tc.br/1) **e**



**. . .**

A .

.

� � -...,

*/t4/I /llk*

-./ t

**IRA CARVAb \_ \_'P .**

**nica/Autentica. spx,I com o código**

**AS: eni"29?f!?019 11:O**

**'fT!846E538**

**r**

**�**

**'F5E74?CE2J>** ofs�B7

**/**

**.,-· ,**

**1/**

# � l.. ,ESE

. *�.R:* **TRIBUNAL DE CONTAS**

**-.�..-,� DO ESTADO DE SERGIPE**

**Processo TC/001761/2013 página 542 da peça unificada**

**ATA- Nº 888/2019 SECRETARIA DO PLENO**

**página 3**

**Ata da 21ª Sessão Ordinária do Pleno de 11 de julho de 2019.**

1. que não existe esse Lei no Âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, pois já *fo!*
2. extinta requerendo ao Cons. Presidente que a sua Assessoria esclareça os fatos, o que to,
3. acatad� prontamente. **Dada a palavra ao Cons. Clóvis Barbosa de Melo:** "Sr. Presidente,
4. Eminentes Conselheiros, Digno representante do Ministério Público, minhas Senhoras e
5. meus Senhores, primeiro para reiterar as congratulações já realizadas, segundo para deixar
6. de tecer maiores considerações sobre o Portal de Jurisprudência porque na sessão passada
7. eu já falei a respeito, parabenizei a Vossa Excelência (... )".O **Cons. Presidente** afirmou que
8. o Cons. Clóvis Barbosa de Melo teve uma grande participação para a implementação do
9. portal, pois trabalhou muito para a modernização e investimentos na área da tec�ologia.

\_

1. Logo após, **o Cons. Clóvis Barbosa de Melo** requereu a retirada do Processo do ,tem **21**
2. **(TC** - **000371/2014)** constante da pauta. Deferido. Sugeriu, ainda, uma avaliação, pela
3. Secretaria do Pleno junto à Diretoria de Modernização e Tecnologia, da possibilidade de
4. uniformizar a pauta no tocante às informações referentes ao advogado, para que conste o 1 oo nome do advogado e o número de sua inscrição, como já consta em alguns itens da pauta.

1o 1 Deferido. Em seguida, apresentou votos de congratulações ao Exmo. Procurador Regional

1. Eleitoral Substituto no Estado de Sergipe, o Sr. Heitor Alves Soares. Deferido. **Dada a**
2. **palavra** à **Cons.ª Susana Maria Fontes Azevedo Freitas,** esta solicitou a retirada do
3. Processo do **item 10 (TC** - **001222/2011)** constante da pauta. Em seguida, solicitou a
4. exibição do vídeo (resumo do evento) do "Workshop da Educação", mencionando a grande

J 06 repercussão em todo o Estado de Sergipe e fora dele, e o orgulho desta Corte em

1. proporcionar um evento desta relevância. Deferido. Após a exibição do vídeo. e
2. congratulações pelo Cons. Presidente a todos os envolvidos no evento e à equipe de
3. comunicação pela elaboração do vídeo, a Consª. Susana continuou: "Belíssimo vídeo. Eu 11O também gostaria de parabenizar a equipe de comunicação do Tribunal, que fez uma edição

11 1 belíssima, que com certeza poderá ser distribuído nos outros Tribunais. Continuando,

1. gostaria de registrar que dei início nesta terça-feira, dia 9, as assinaturas de Termos de
2. Ajustamento de Gestão (TAG) que objetivam corrigir inconformidades constatadas pelos
3. nossos técnicos nas feiras livres nos municípios sob minha jurisdição. Na terça, assinaram
4. o documento os prefeitos de Campo do Brito, lndiaroba, Carmópolis, Maruim e Cristinápolis.
5. Na quarta, ontem, firmaram os prefeitos de Santo Amaro e Rosário. Nos Termos, constam
6. determinações de melhorias nas feiras livres com prazos para implementação. Os ajustes
7. preveem à dinâmica de arrecadação de tributos para que prevaleça a transparência, *e*
8. incluem aspectos importantes como estrutura, higiene e organização. Gostaria também de
9. convidar todos para o curso que será realizado na próxima segunda, dia 15, com o doutor
10. e técnico muito competente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Thyago Avelino. O
11. "Autoconhecimento para melhor servir", o tema da palestra, objetiva o que prega
12. a Organização Mundial da Saúde, um ambiente de trabalho saudável deve ser aquele em

|  |  |
| --- | --- |
| 124  125  116 | que trabalhadores e gestores cooperam com o processo de melhoria contínua da proteção  e promoção da segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores e para a sustentabIl1dade  do ambiente de trabalho, abrangendo tanto as questões relacionadas à segurança e saúde |
| 127 | integral no ambiente físico de trabalho, como um ambiente psicossocial ativo, incluindo a |
| 128 | organização do trabalho e cultura da organização. Isso é um dos temas, que hoje, o |
| 129 | Conselho Nacional de Justiça está colocando na sua Resolução para que todos os Tribunais |

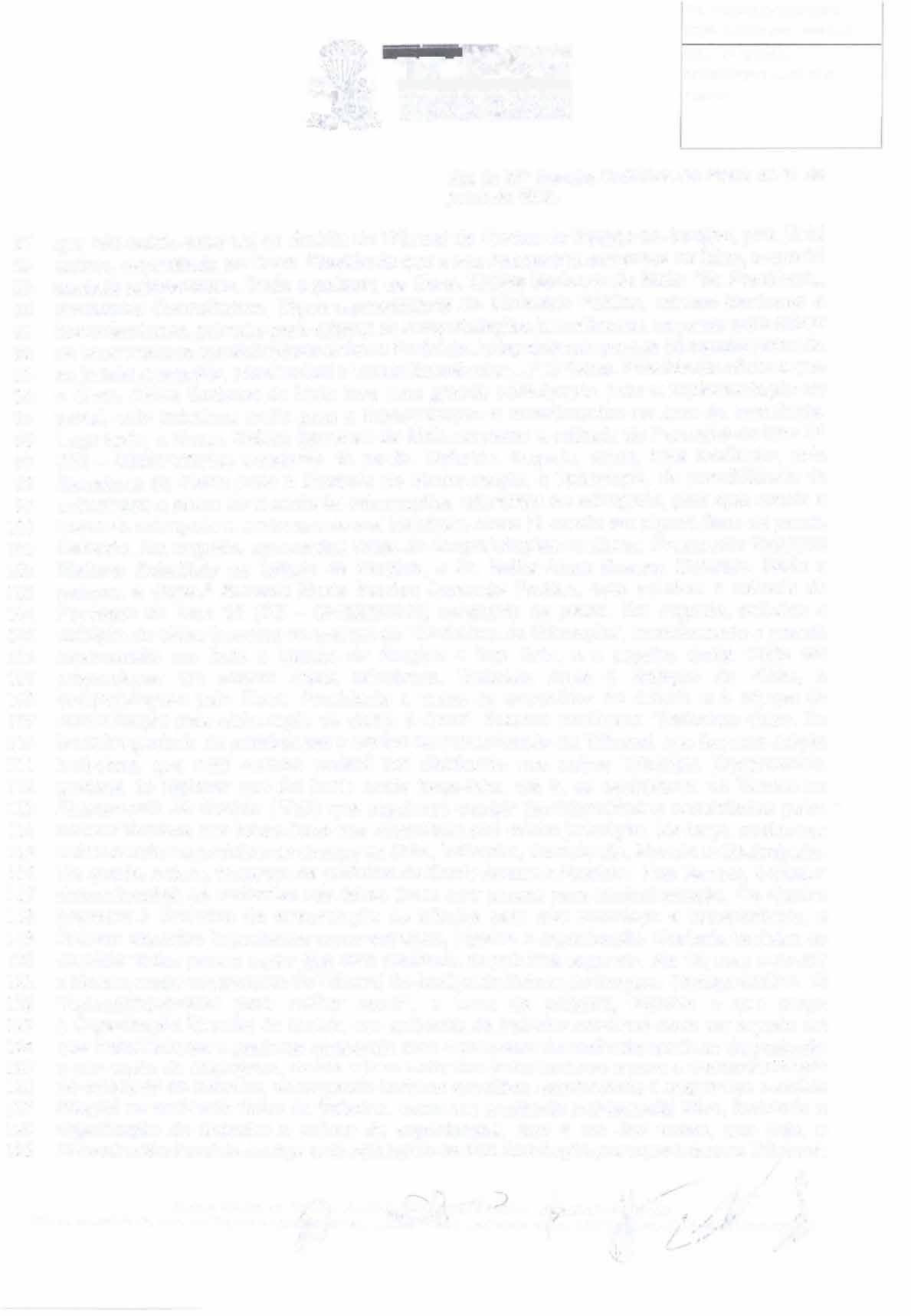
**. . . A,q,l,o laci,fdo poc ��l SILVEIRA ,(AR�NTAScej\_, 0/201 �**}hf� ,y �

**Valide a autenticidade deste em 'http://www.tce**

**r/PecaUni���•.aspx' com o cófi��-75B78,**

**538A1F5� 7,�203207** **7**

**5p - �**



**m***)*

,,.,

.. *k*

* ' *J ,,* /

-:.;◄

...,�.

�1/

.�" .

I**TR**C**IBUNA**E**L DE**SE**CONTAS 00 ESTADO OE SERGIPE**

**Processo TC/001761/2013 página 543 da peça unificada**

**ATA- Nº 888/2019 SECRETARIA DO PLENO**

**página 4**

130

134

135

136

138

137

139

140

14 l

142

143

144

1-+5

146

147

148

149

150

151

152

156

157

158

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

**Ata da 21ª Sessão Ordinária do Pleno de 11 de julho de 2019.**

de Justiça do país possam fazer programas de promoção à saúde.\_ Assim, melhorar a relação entre seus servidores para uma satisfatória presta�ão de s�rv1ç�; e, com certeza, nós não estamos diretamente ligados ao Conselho, mas creio que sao praticas muito boas,

\_ \_

que podem ser copiadas nos outros Tribunais, e é isso que estamos fazen�o. Foi na época da Ministra Carmen Lúcia, que instituiu essa comissão de saúde, promoçao social, e vem trazendo vários progressos nas questões relacionadas ao trabalho, nas questões de relacionadas aos servidores, e também há uma maior responsabilidade e consciência de todos os servidores com aquilo que eles estão fazendo (... ). Ressalto que o palestrante, é

\_

secretário do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde do TJ, mediador Judicial credenciado pelo Conselho Nacional de Justiça, psicanalista, Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais, Mestre e Doutor em Neuropsicanálise. Tem formação em Círculo de Paz e Justiç� Restaurativa, em Coaching Sistêmico e Constelação Estrutural, e Terapia de Casal. E escritor de doze livros publicados. Portanto, conto com a presença de todos os servidores. Quero ainda retificar o espelho da pauta no **item 09 (TC** - **098277/2017),** devendo constar como interessada Gildenae Araújo Chagas Jaguar, salientando que ela foi devidamente intimada para a presente sessão de julgamento, portanto, ausente qualquer prejuízo. Deferido. **Dada a palavra** à **Cons.ª Maria Angélica Guimarães Marinho:** "Sr. Presidente, Senhores Conselheiros, Sr. Procurador, apenas para me somar a todas as proposituras anteriormente apresentadas, os votos de congratulações a Carlos Cauê, ao jornalista Amaral Cavalcante, mas em especial, Sr. Presidente, parabenizar Vossa Excelência por implantar neste Tribunal o curso para pregoeiros pelo SEBRAE, e dizer que é muito importante o que Vossa Excelência fez, implantar o Portal de Jurisprudência neste Tribunal. Em seguida, solicitou ainda o adiamento do Processo do **item 16 (TC** - **001475/2016)** e a retirada do Processo do **item 18 (TC** - **001377/2014)** constantes da pauta. Deferido. **Dada a palavra ao Cons. Substituto Alexandre Lessa Lima:** "Sr. Presidente, da mesma forma, para aderir a todas as proposituras, parabenizar Vossa Excelência e o Tribunal por mais um serviço colocado à disposição da sociedade, e da mesma forma parabenizar o serviço de comunicação do Tribunal pelo belo vídeo sobre o *Workshop* da Educação. Deferido. **Dada a palavra ao ilustre presentante do Ministério Público Especial, Procurador-Geral João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello:** "Sr. Presidente, Senhoras Conselheiras, Senhores Conselheiros, o Ministério Público de Contas também se associa aos votos de congratulações manifestados ao Desembargador Alberto Gouveia, ao Secretário Carlos Cauê, acrescentando o natalício no dia de hoje, da nossa servidora Adenilde, que estava aqui presente, nesse momento, uma colaboradora deste Tribunal, IEGM (indice de Efetividade da Gestão Municipal), MMDTC (Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas), **ICMS,** merecendo realmente nosso abraço. Fazer o registro de que recentemente teve o natalício da nossa querida Roseane, que também está aqui presente;

São colaboradoras e efetivas desta Casa. Sr. Presidente, também quero parabenizar Vossa Excelência em relação à parceria com o SEBRAE, que é um parceiro extraordinário deste Tribunal. Já tivemos termos de cooperação no passado e eu acredito que possam ser reativados em relação a agendas em comum; notadamente, a difusão da Lei Complementar nº 123, para que os Municípios, cada vez, mais privilegiem os pequenos empreendedores. Então, é um parceiro extraordinário e tem tudo a ver com o Tribunal no sentido de fazer com

\_r*·1*

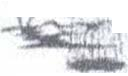
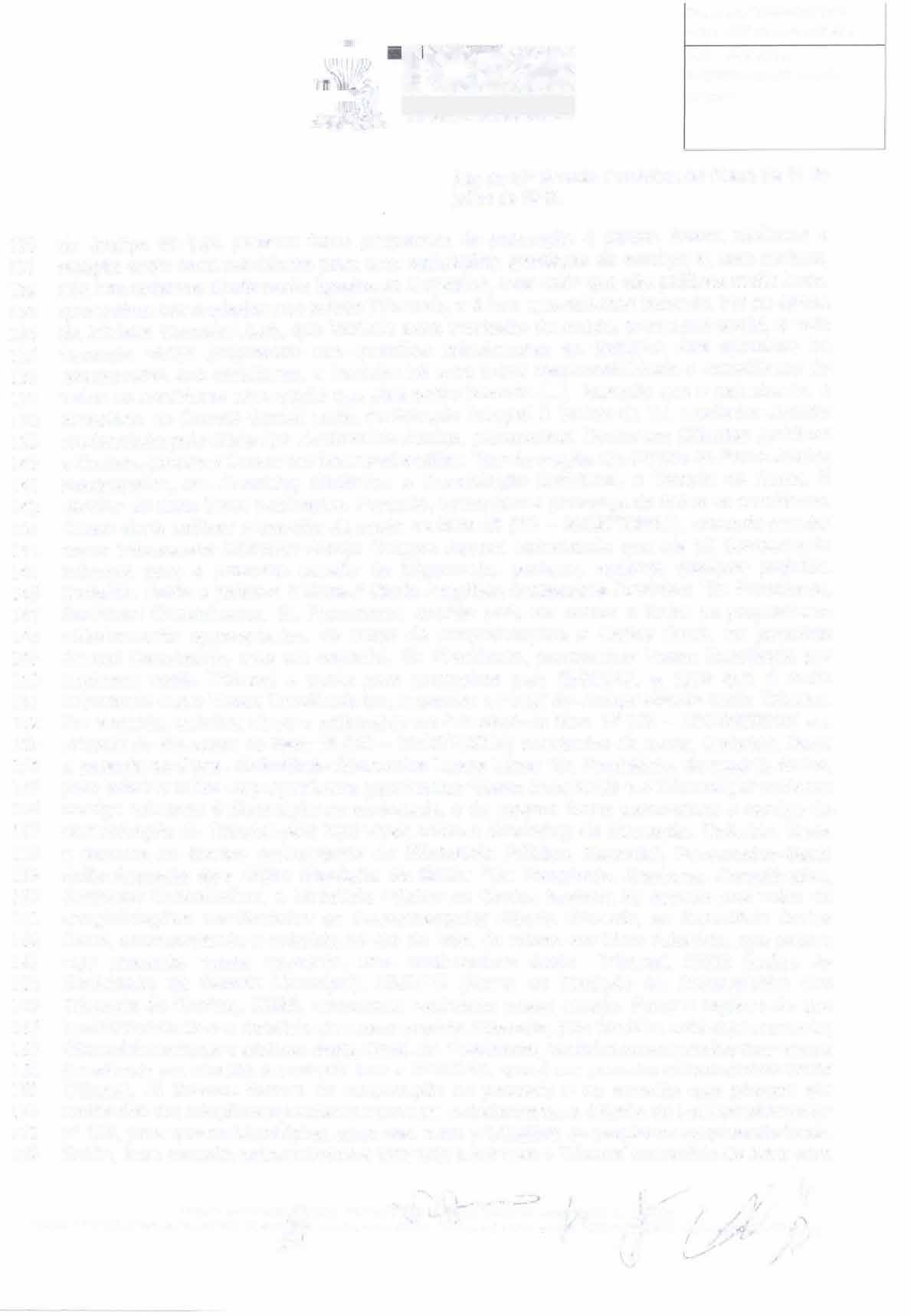
**. . . Arquivo incluído po�NIEL SILVEIR'A-.l R�,HOÔANTA;: em�/201**

**�-:29 • // /**

Val,d• ' ,,\_bodad• d�t, •m 'http ***i/Wwwti•·***�.bc/Pec,Uoic��""'"·''P'' com o códipo 75B78**�**

36AtF 5E7':;'Ei-032"'?7

(% 0



**ITRC::IBUNAEL DESECONTAS DO ESTADO DE SERGIPE**

**Processo TC/001761/2013 página 544 da peça unificada**

**ATA- Nº 888/2019 SECRETARIA DO PLENO**

**página 5**

**Ata da 21ª Sessão Ordinária do Pleno de 11 de julho de 2019.**

1. que os Municípios possam se desenvolver, e o SEBRAE tenha uma participação importante
2. nisso. Aliás, vislumbrando, já parabenizando Vossa Excelência, Dr. ª Susana, em relação
3. aos Termos de Ajustamento das feiras livres, onde 14 Municípios terão suas feiras
4. disciplinadas por Vossa Excelência e sua equipe. Dizer que o SEBRAE talvez tenha tido um
5. papel importante nesse fato, de desenvolver essa expertise que *é* transformar a feira
6. Municipal, algo tão importante e tradicional em um polo de economia e de desenvolvimento
7. social e pessoal de cada um daqueles pequenos empreendedores; isso *é* muito importante.
8. Também, Sr. Presidente, não poderia deixar de fazer o registro da pesquisa de
9. jurisprudência, é um sonho muito antigo de todos aqueles que vivem o dia a dia do Tribunal.
10. A jurisprudência do Tribunal tão rica, tínhamos como legado o trabalho realizado pelo
11. professor José Carlos de Sousa e agora isso está sistematizado eletronicamente e acessível 18➔ à toda a sociedade, não só às equipes técnicas do Tribunal como também a toda sociedade.
12. É um passo importantíssimo e, realmente, foram feitos, digamos assim, sementes foram
13. lançadas no passado; importantes sementes. Vossa Excelência realmente conseguiu
14. concretizar e trazer esse ganho a todos aqueles que trabalham no dia a dia do Tribunal,
15. emitindo relatórios, pareceres; inclusive eu, por isso, que agradeço pessoalmente a Vossa
16. Excelência e a todos aqueles da Diretoria de Modernização por esse importantissimo passo,
17. de dar conhecimento das decisões do Tribunal, dar conhecimento das opiniões do Tribunal.
18. Isso, certamente, gerará desenvolvimento das nossas ações, e também mais harmonia nas
19. decisões. Era só, Sr. Presidente. Deferido. **Publicações:** Estão sendo publicadas 05(cinco)
20. Decisões de nºs 20513 a 20517 e 03 (três) Pareceres Prévio de nºs 3247 a 3249 constantes 19➔ do anexo li da Pauta. **Julgamento. Prioridade** 1. **Julgamentos do Cons. Carlos Pinna de**
21. **Assis** - **Processo TC** - **000174/2015.** Câmara Municipal de Neópolis. Rescisória,
22. interposta pelo Sr. Célio Lemos Bezerra, ex- Presidente da Câmara Municipal de
23. Neópolis/SE, contra a Decisão TC- 18030/2013 - Pleno, prolatada no Processo TC -
24. 001208/2006. (Procurador: João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello - Despacho nº
25. 79/2019). **VOTO:** pela Rejeição das Preliminares. Aprovado por unanimidade. No mérito,
26. pelo Provimento. Decisão unânime. Interessado: Célia Lemos Bezerra. **Julgamento do**
27. **Cons. Clóvis Barbosa de Melo** - **Processo TC** - **000322/2017.** Fundo Municipal de
28. Assistência Social de Feira Nova. Recurso de Reconsideração, interposto pela Sr. ª Karine
29. Santos de Oliveira, ex-Secretária do Fundo Municipal de Assistência Social de Feira Nova.
30. contra a Decisão TC- 19624/2017-PLENO, prolatada no Processo TC - 000700/2014.
31. (Procurador: João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello - Parecer nº 65/2019). **VOTO:** pelo
32. Provimento Parcial. Aprovado por unanimidade. Interessada: Karine Santos de Oliveira.
33. **Processo TC** - **003794/2018.** P. M. de Poço Verde. Pedido de Reexame, Processo TC -
34. 001376/2014. (Procurador: José Sérgio Monte Alegre - Parecer nº 800/2019; Advogados:
35. Jamile de Jesus Rodrigues - OAB/SE nº 8.879, Layana Tyara Campos Dertônio - OAB/SE 21 O nº 4.990, Letícia Cabral Melo Sobral - OAB/SE nº 7.639 e Mamede Fernandes Dantas Neto
36. **-** OAB/SE nº 1.814 - **Ausentes).** VOTO: pelo Improvimento. Aprovado por unanimidade.
37. Interessado: Thiago Basílio Dória de Almeida. **Processo TC** - **00091312005.** Adiado.

###### Deferido. Julgamentos do Cons. Substituto Alexandre Lessa Lima, em substituição ao

#, / *//*

1. **Cons. Luiz Augusto Carvalho Ribeiro** - **Processo TC** - **001070/2014.** Fundo Municipal
2. de Assistência Social de Santa Luzia do ltanhy. Contas anuais de Fundos Públicos, referente

**.**

**A**

**. . rqu1vo m. e1u d**

**or DANIEL SIL\�,**

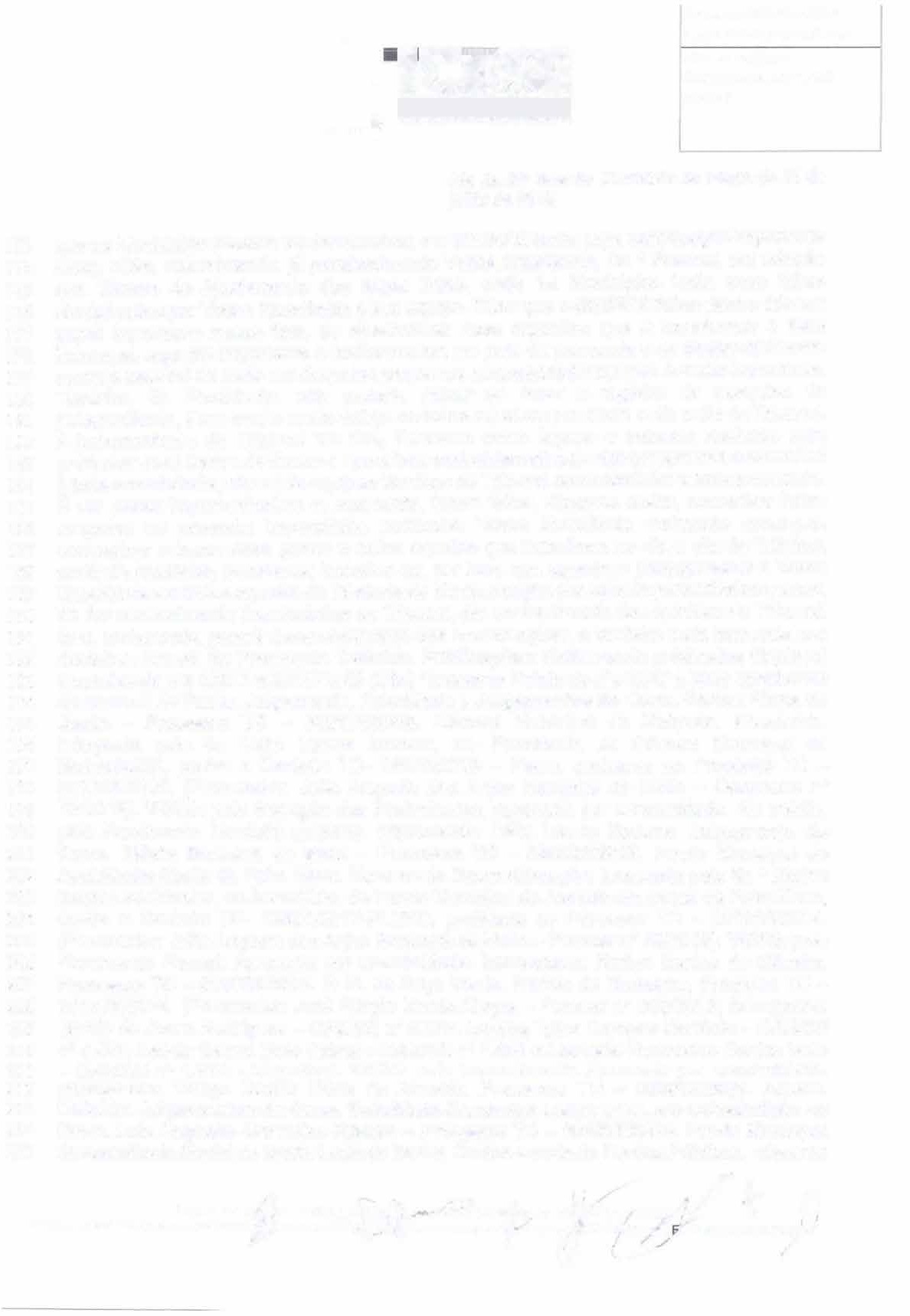
**�VA'tA-;O..,DAN *t,*· em 29/ f2019 11 :00:2** t**V** -

/*(\*/

**Valide a autentici.dade deste em**

**� .tcese �**

**'http://**



**.tc.br�U · /Autentica,aspx' e o códig 5B7846E53� i749CE2032075**

'v \_..-/

**trf**

**/**

**I**TR**C**IBUNA**E**L DE**SE**CONTAS 00 ESTADO DE SERGIPE

**pPárogicneas5s4o5TdCa/0p0e1ç7a6u1n/2ifi0c1a3da**

**º**

**ATA- N 888/2019**

**pSáEgCinRaE6TARIA DO PLENO**

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

'227

228

229

230

231

\_1j'''.)\_

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

2-l4

245

246

247

248

249

250

251

25'2

*253*

254

155

256

257

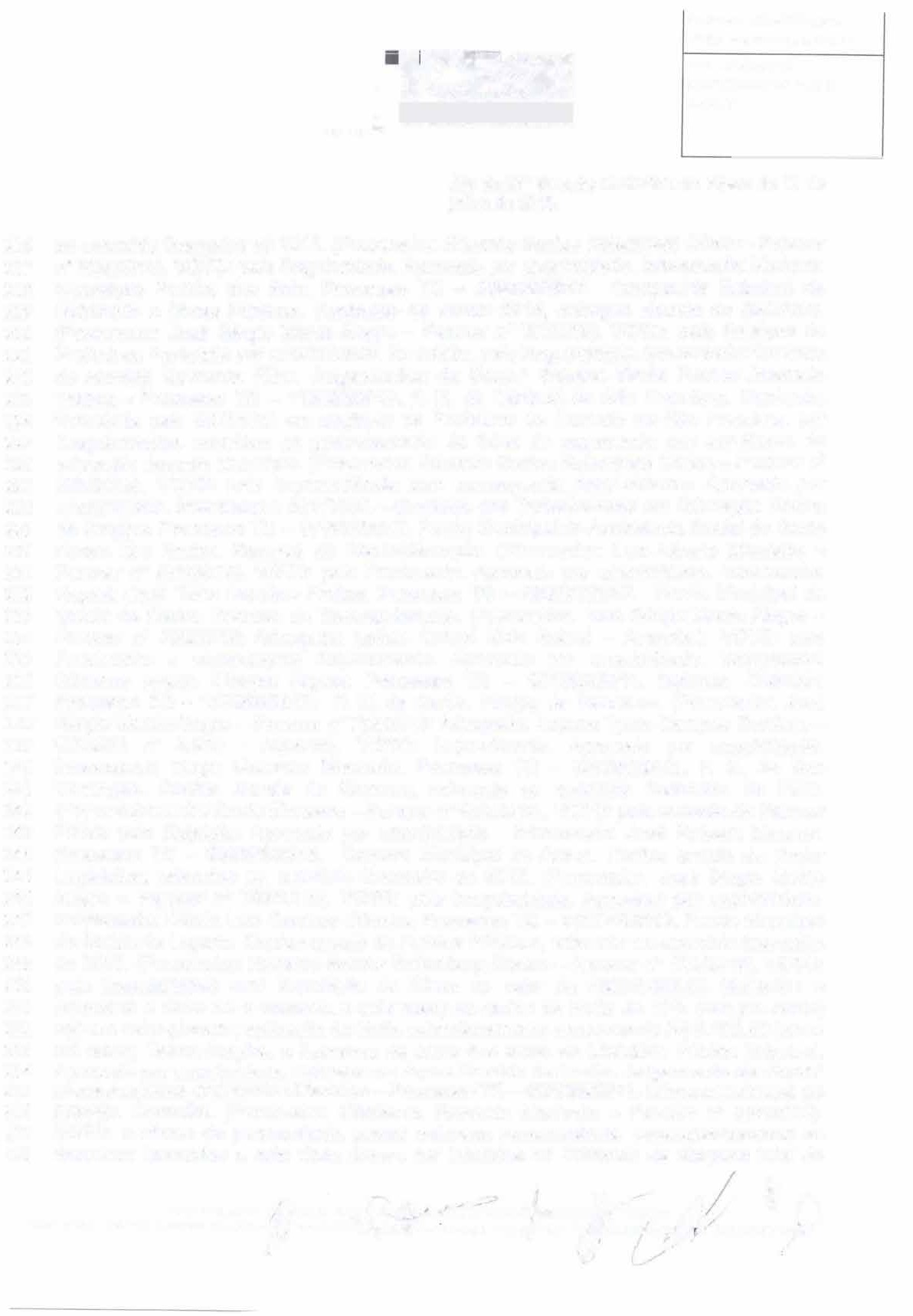
258

**Ata da 21 ª Sessão Ordinária do Pleno de 11 de julho de 2019.**

ao exercício financeiro de 2013. (Procurador: Eduardo Santos Rolemberg Côrtes - Parecer nº 529/2018). **VOTO:** pela Regularidade. Aprovado por unanimidade. Interessada: Maria da Conceição Pereira dos Reis. **Processo TC** - **009448/2017.** Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas. Prestação de contas 2016, entregue através do SAGRES. (Procurador: José Sérgio Monte Alegre - Parecer nº 67/2019). **VOTO:** pela Rejeição da Preliminar. Aprovado por unanimidade. No mérito, pela Regularidade. Interessado: Caetano de Almeida Quaranta Filho. **Julgamentos da Cons.ª Susana Maria Fontes Azevedo Freitas** - **Processo TC** - **110422/2017.** P. M. de Canindé de São Francisco. Denúncia, formulada pelo SINTESE em desfavor da Prefeitura de Canindé de São Francisco por irregularidades ocorridas no gerenciamento da folha de pagamento dos servidores da educação daquele Município. (Procurador: Eduardo Santos Rolemberg Côrtes- Parecer nº 589/2019). **VOTO:** pela Improcedência com consequente Arquivamento. Aprovado por unanimidade. Interessado: SINTESE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica de Sergipe. **Processo TC**- **111611/2017.** Fundo Municipal de Assistência Social de Santo Amaro das Brotas. Recurso de Reconsideração. (Procurador: Luís Alberto Meneses - Parecer nº 671/2019). **VOTO:** pelo Provimento. Aprovado por unanimidade. Interessada: Regina Coeli Teles Azevêdo Freitas. **Processo TC** - **098277/2017.** Fundo Municipal de Saúde de Carira. Recurso de Reconsideração . (Procurador: José Sérgio Monte Alegre - Parecer nº 798/2019; Advogado: Leticia Cabral Melo Sobral - Ausente.). **VOTO:** pelo Provimento e consequente Arquivamento. Aprovado por unanimidade. Interessada: Gildenae Araújo Chagas Jaguar. **Processo TC** - **001222/2011.** Retirado. Deferido. **Processo TC** - **107665/2017.** P. M. de Carira. Pedido de Reexame. (Procurador: José Sérgio Monte Alegre - Parecer nº 799/2019; Advogado: Layana Tyara Campos Dertônio - OAB/SE nº 4.990 - Ausente). **VOTO:** Improvimento. Aprovado por unanimidade. Interessado: Diogo Menezes Machado. **Processo TC** - **001761/2013.** P. M. de São Domingos. Contas anuais de Governo, referente ao exercício financeiro de 2012. (Procurador: Luís Alberto Meneses- Parecer nº 490/2019). **VOTO:** pela emissão de Parecer Prévio pela Rejeição. Aprovado por unanimidade. Interessado: José Robson Mecena. **Processo TC** - **002888/2013.** Câmara Municipal de Arauá. Contas anuais do Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 2012. (Procurador: José Sérgio Monte Alegre - Parecer nº 789/2019). **VOTO:** pela Irregularidade. Aprovado por unanimidade. Interessado: Otávio Luís Cardoso Oliveira. **Processo TC** - **001737/2013.** Fundo Municipal de Saúde de Lagarto. Contas anuais de Fundos Públicos, referente ao exercício financeiro de 2012. (Procurador: Eduardo Santos Rolemberg Côrtes - Parecer nº 194/2019). **VOTO:** pela Irregularidade com imputação de Glosa no valor de R$255.066,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil e sessenta e seis reais) acrescido de Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor glosado; aplicação de Multa administrativa no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais); Determinações e Remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Aprovado por unanimidade. Interessada: Alyne Almeida de Araújo. Julgamento do **Cons.ª**

Maria Angélica **Guimarães Marinho**- **Processo TC**- **002638/2011.** Câmara Municipal de

Aracaju. Consulta. (Procurador: Waldemar Resende Machado - Parecer nº 357/2012). **VOTO:** o abono de permanência possui natureza remuneratória, consequentemente as despesas incorridas a este título devem ser incluídas no Cômputo da despesa total de



. . . "''"'''. '"''""º**:J1,,**

**Valide a autenticidade deste em http.//,�[se.tc.br/Pe��tent1ca.aspx' com Ofódigo 7�7T46E53:A1;\_;Y:-49CE2032075iB'1**

**ANIEL** s"vifi��L'l'foõ'°ANT**�9110�00,29 /, {** *{:*

-

**TDROIBESUTNAADLODOEE CSOERNGTIAPSE**

**ICESE**

**Processo TC/001761/2013 página 546 da peça unificada**

**ATA- Nº 888/2019 SECRETARIA DO PLENO**

**página 7**

**Ata da 21ª Sessão Ordinária do Pleno de 11 de julho de 2019.**

pessoal, prevista no art. 18 da LRF, implicando, consequentemente, nos limites de gastos

1. com a folha de pagamento previsto no§ 1° do art. 29-A da Constituição Federal. Interessado:
2. Emmanuel da Silva Nascimento. **Processo TC -001475/2016.** Adiado. Deferido. **Processo**
3. **TC** - **000296/2015.** P. M. de Arauá. Contas anuais de Governo, referente ao exercício
4. financeiro de 2014, com versão digital. (Procurador: José Sérgio Monte Alegre - Parecer nº
5. 912/2018). **VOTO:** pela emissão de Parecer Prévio pela Rejeição. Aprovado por
6. unanimidade. Interessada: Ana Helena Andrade Costa. **Processo TC** - **001377/2014.**
7. Retirado. Deferido. **Processo TC** - **001056/2015.** Fundo Municipal de Saúde de Riachão
8. do Dantas. Contas anuais de Fundos Públicos, referente ao exercício financeiro de 2014.
9. (Procurador: José Sérgio Monte Alegre - Parecer nº 602/2019). **VOTO:** pela Rejeição da
10. Preliminar. Aprovado por unanimidade. No mérito, pela Regularidade. Decisão unânime.
11. Interessada: Elizângela Santos de Jesus. **Processo** TC - **001093/2015.** Fundo Municipar
12. de Assistência Social de Boquim. Contas anuais de Fundos Públicos, referente ao exercício
13. financeiro de 2014. (Procurador: José Sérgio Monte Alegre - Parecer nº 561/2019). **VOTO:**

273

pela Rejeição da Preliminar. Aprovado por unanimidade. No mérito, pela Regularidade com

274 Ressalvas e Aplicação de Multa administrativa no montante de R$1.240,67 (um mil, duzentos e quarenta reais e sessenta e sete centavos). Decisão unânime. Interessada: Joseilde Barreto Alves Ferreira.. **Prioridade li. Julgamento do Cons. Clóvis Barbosa de Melo- Processo TC -000371/2014.** Retirado. Deferido. **Julgamento do Cons. Substituto**

###### Alexandre Lessa Lima em substituição ao Cons. Luiz Augusto Carvalho Ribeiro -

1. **Processo TC** - **002692/2016.** P. M. de Santa Rosa de Uma. Representação. (Procurador: '280 Eduardo Santos Rolemberg Côrtes - Parecer nº 157/2018). **VOTO:** pela Procedência com
2. remessa de cópia dos autos ao Ministério Público de Contas. Aprovado por unanimidade.
3. Interessados: SINT ESE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica de Sergipe e
4. Valdir Bispo dos Santos. **Julgamento da Cons.ª Maria Angélica Guimarães Marinho** -
5. **Processo TC** - **003624/2013.** Secretaria Municipal da Educação -Aracaju. Representação.
6. (Procurador: João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello - Despacho nº 22/2018). **VOTO:**
7. pela Procedência Parcial. Aprovado por unanimidade. Interessados: Antônio Bittencourt
8. Júnior, Carlos Roberto Britto Aragão, Ministério Público do Estado de Sergipe, Secretaria
9. Municipal de Educação - Aracaju e Tereza Cristina Cerqueira da Graça. **Processo TC** -
10. **060411/2016.** P. M. de Gararu. O SINT ESE, solicitamos a Vossa usual e imprescindível
11. intervenção, para que a adote as medidas cabíveis, com a possibilidade de Ação Cautelar
12. com ensejo de Parecer Prévio pela Rejeição das Contas, no sentido de que o Município de
13. Gararu regularize a situação de salarial dos profissionais do magistério. (Procurador:
14. Eduardo Santos Rolemberg Côrtes - Despacho nº 115/2019). O Cons. Presidente retificou que o Protocolo em tela estava incluído equivocadamente na pauta como Processo. **VOTO:**

295 pela Autuação. Aprovado por unanimidade. Interessados: Angela Maria de Melo, Prefeitura

196 Municipal de Gararu e SINTESE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica de

?.97 Sergipe e Valdir Bispo dos Santos. **Assuntos Gerais. Julgamentos do Cons. Carlos**

.:298 **Alberto Sobral de Souza** - **Protocolo TC** - **003594/2018.** P. M. de Brejo Grande. Denúncia

1. não autuada. (Procurador: Eduardo Santos Rolemberg Côrtes - Despacho nº 202/2019).
2. **VOTO:** pela Autuação. Aprovado por unanimidade. Interessado: SINT ESE - Sindicato dos
3. Trabalhadores em Educação Básica de Sergipe. **Protocolo TC** - **003597/2018.** P. fv1. de

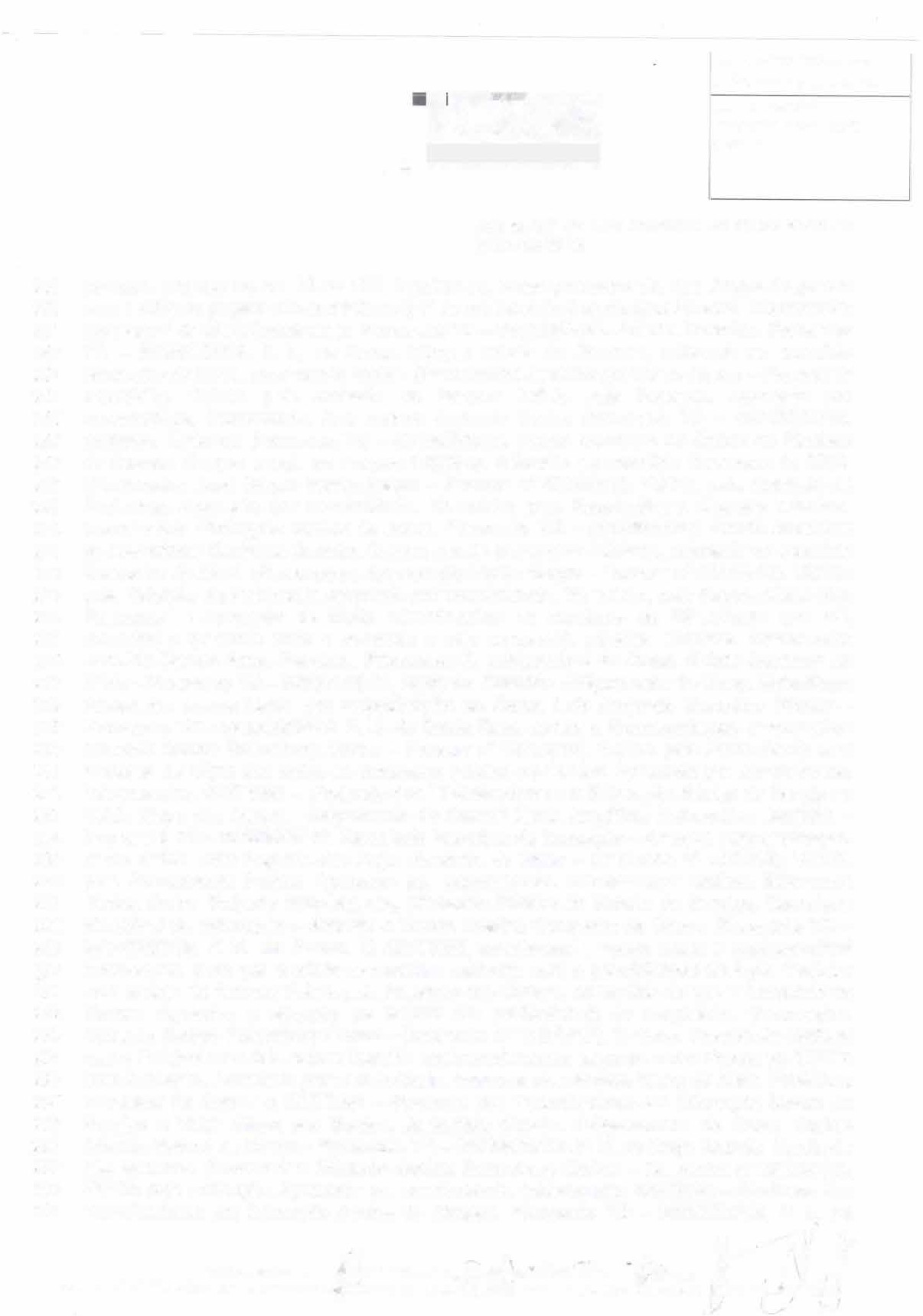
**7587 6E538A1F**

**�J.f49CE�O��,o 5Dt7**

**A<q,i,o iool,ldo**

**�** �L/�--- *rj* t

**Vali.de a autenti.ci.dade deste em** [**'http://wwwp.otcc e**](http://wwwp.otcce/)**�se**



**p**

**/SPIeLcVaEUInRiAcaC/AAuRt�.V�ÍLH�• com�o código11012o 4Af?bo,29 *)tf*** / �

**ITRCIBUNAEL DESECONTAS DO ESTADO OE SERGIPE**

**Processo TC/001761/2013 página 547 da peça unificada**

**ATA - Nº 888/2019 SECRETARIA DO PLENO**

**página 8**

**Ata da 21ª Sessão Ordinária do Pleno de 11 de julho de 2019.**

1. Japoatã. Denúncia não autuada. (Procurador: Eduardo Santos Rolemberg Côrtes -
2. Despacho nº 11/2019). **VOTO:** pela Autuação. Aprovado por unanimidade. Interessado: SINTESE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica de Sergipe. **Julgamento do**
3. **Cons. Clóvis Barbosa de Melo** - **Protocolo TC** - **005687/2019.** Câmara Municipal de
4. Tobias Barreto. Representação não autuada. (Procurador: Eduardo Santos Rolemberg
5. Côrtes - Despacho nº 189/2019). **VOTO:** pela Autuação e Determinação. Aprovado por
6. unanimidade. Interessados: Gilson Ramos, Romildo Rodrigues de Oliveira e Zaira Letícia Batista dos Santos. **Julgamentos da Cons.ª Susana Maria Fontes Azevedo Freitas** -

J I O **Protocolo TC** - **157969/2015.** P. M. de Capela. Ofício. (Procurador: Luís Alberto Meneses 311 - Parecer nº 632/2019). **VOTO:** pelo arquivamento. Aprovado por unanimidade. J 12 Interessada: Rosimeire Santos. **Protocolo TC** - **013449/2018.** P. M. de Ribeirópolis.

313 Certificado. (Procurador: Luís Alberto Meneses - Parecer nº 619/2019). **VOTO:** pelo 31-+ arquivamento. Aprovado por unanimidade. Interessado: João Francisco da Cunha .

1. **Protocolo TC** - **004333/2019.** P. M. de Aquidabã. Manifestação. (Procurador: Luís Alberto
2. Meneses - Parecer nº 623/2019). **VOTO:** pelo arquivamento. Aprovado por unanimidade. Interessado: Edier Félix Nunes. **Protocolo TC** - **032240/2014.** P. M. de Malhada dos Bois.
3. Ofício. (Procurador: José Sérgio Monte Alegre - Parecer nº 748/2019). **VOTO:** pelo
4. arquivamento. Aprovado por unanimidade. Interessados: Antônio Neto Santos e Ouvídoria-
5. TCE. **Protocolo TC** - **119079/2014.** P. M. de Divina Pastora. Ofício. (Procurador: Luís
6. Alberto Meneses - Parecer nº 630/2019). **VOTO:** pelo arquivamento. Aprovado por
7. unanimidade. Interessado: José dos Reis Lima Neto. **Protocolo TC** - **154153/2015.** P. M.
8. de Pedra Mole. Denúncia. (Procurador: Luís Alberto Meneses - Parecer nº 621/2019).

**VOTO:** pelo arquivamento. Aprovado por unanimidade. Interessado: João José de Carvalho

1. Neto. **Protocolo TC** - **005671/2019.** P. M. de Santo Amaro das Brotas. Solicitação de
2. Informação. (Procurador: Eduardo Santos Rolemberg Côrtes - Despacho nº 188/2019). 3'27 **VOTO:** pelo arquivamento. Aprovado por unanimidade. Interessado: Genivaldo dos Anjos

· 328 Costa Santos. **Protocolo TC** - **001164/2019.** Prefeitura Municipal de Carmópolis.

1. Notificação. (Procurador: Eduardo Santos Rolemberg Côrtes - Parecer nº 171/2019).
2. **VOTO:** pelo arquivamento. Aprovado por unanimidade. Interessado: Consórcio Público de
3. Saneamento Básico da grande Aracaju e Ministério Público de Contas. **Protocolo TC** -
4. **004669/2019.** Prefeitura Municipal de Carmópolis. Manifestação. (Procurador: Luis Alberto
5. Meneses - Parecer nº 624/2019). **VOTO:** pelo arquivamento. Aprovado por unanimidade.
6. Interessada: Ana Paula Lemos. **Protocolo TC** - **005466/2019.** Câmara Municipal de Santa
7. Luzia do ltanhy. Relatório de Auditoria Operacional. (Procurador: Luís Alberto Meneses -
8. Parecer nº 627/2019). **VOTO:** pela Autuação. Aprovado por unanimidade. Interessado:
9. Milton Rocha Pereira. **Protocolo TC** - **005462/2019.** Câmara Municipal de General
10. Maynard. Relatório de Auditoria Operacional. (Procurador: Luís Alberto Meneses - Parecer
11. nº 626/2019). **VOTO:** pela Autuação. Aprovado por unanimidade. Interessado: Gilmar Francelina da Silva. **Protocolo TC** - **011212/2018.** Secretaria Municipal de Educação - Santo Amaro das Brotas. Ofício. (Procurador: José Sérgio Monte Alegre - Parecer nº

J.Q 761/2019). **VOTO:** pelo arquivamento. Aprovado por unanimidade. Interessados: SINTESE

343 - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica de Sergipe. **Protoco**-**l**t**o TC** -

3-+4 **179532/2016.** Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Se

i

�

ia

Sergipe

,

**A,q";,o ;"''""2,;;i, DANIEUllLV!"IRÁ°CARvAtmi DANT��m 2911**J

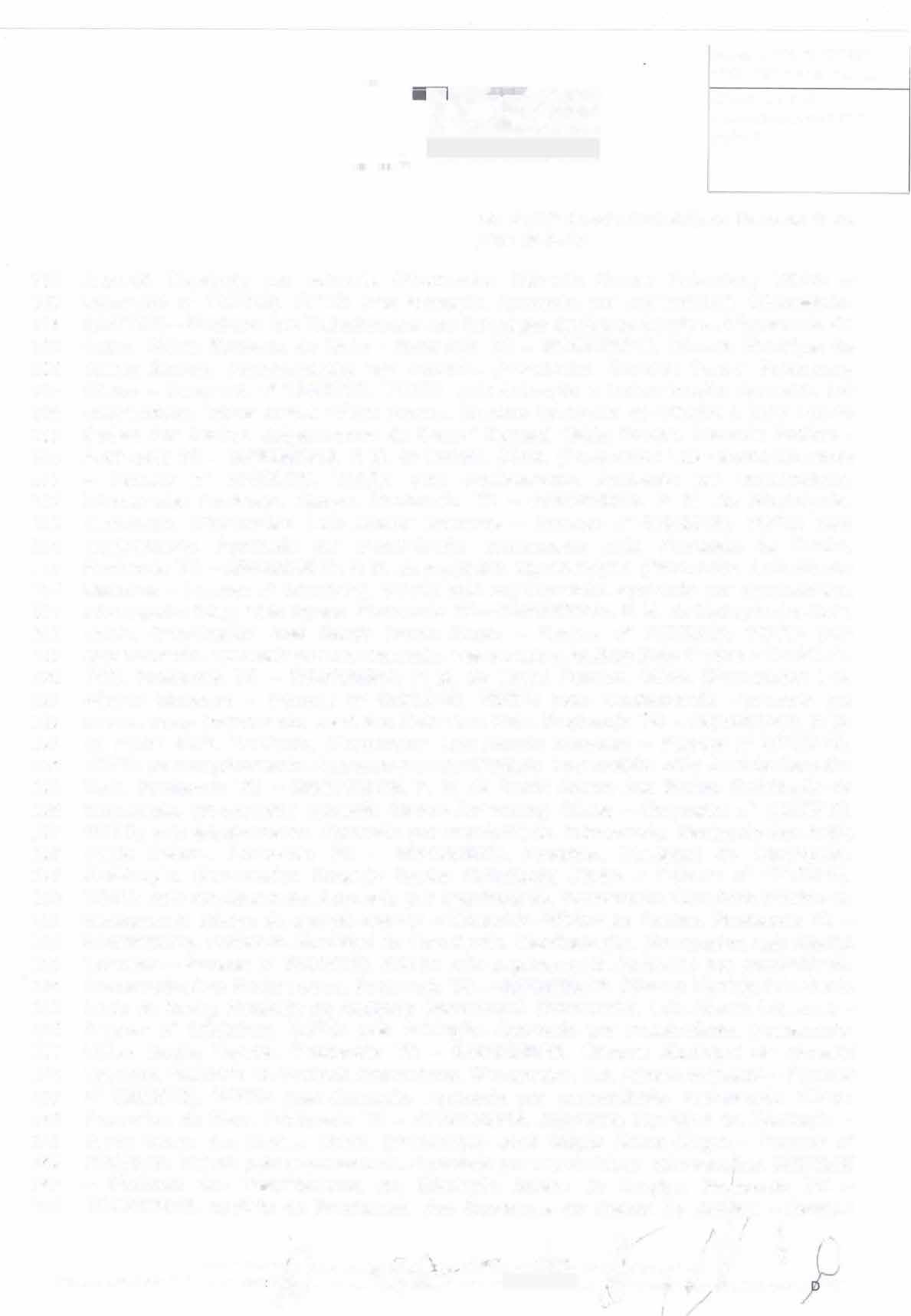
i

**19 11**

**t �**

. ',

**Valide a autenticidade deste em 'http //�**



1

**cese.tc.br/P�r�utentíca.aspx' co o código 7**

**\_ 7846E ,0082/F5**\ **49CE2032075 D87**

**Processo TC/001761/2013**

página 548 da peça unificada

ATA- **Nº** 888/2019

. SECRETARIA DO PLENO

página 9

345

346

347

348

3.+9

351

353

354

355

357

358

359

360

361

362

363

365

366

367

368

371

372

373

374

375

377

379

380

381

382

385

386

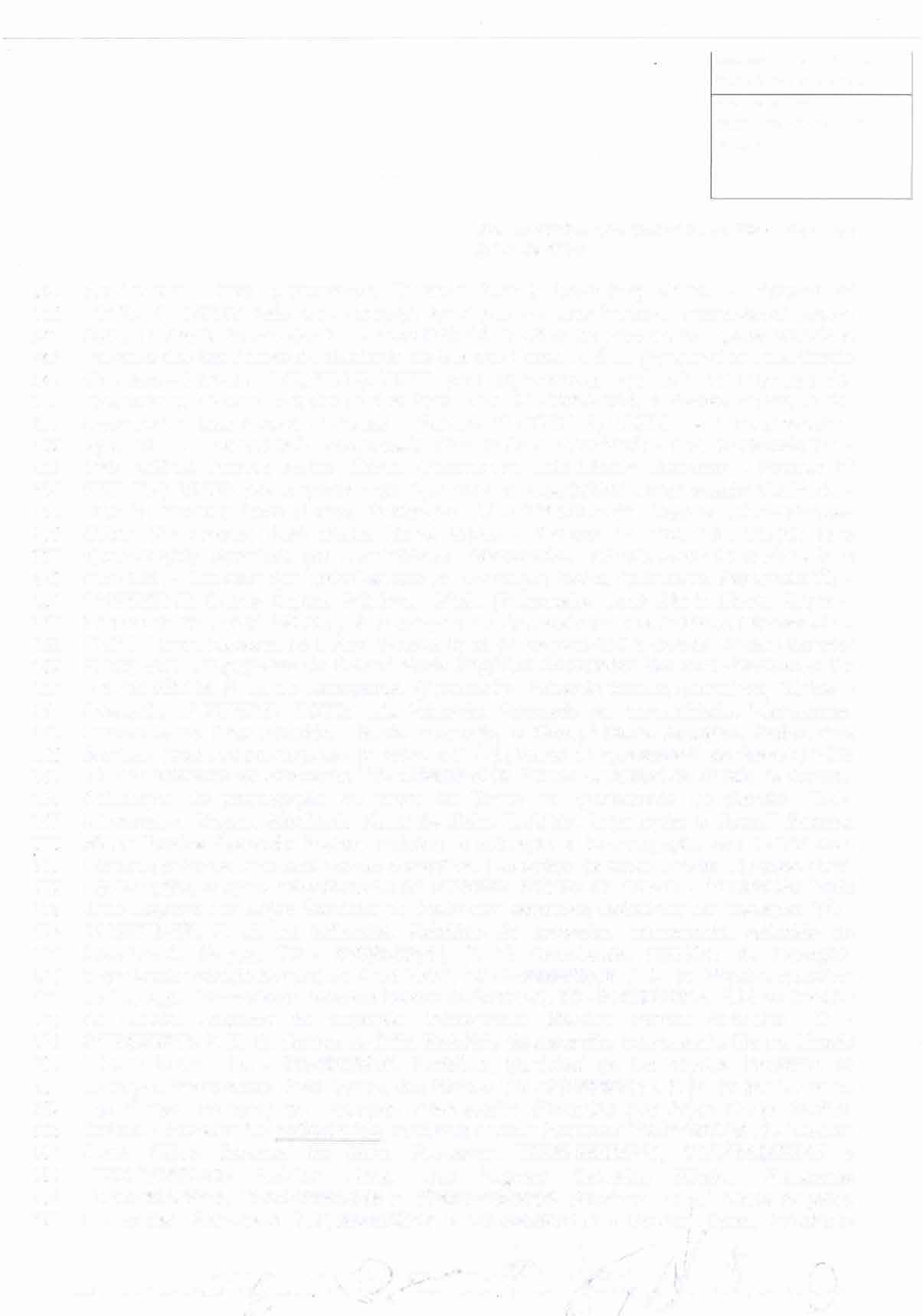
**Ata da 21ª Sessão Ordinária do Pleno de 11 de julho de 2019.**

Previdência. Ofício. (Procurador: Eduardo Santos Rolemberg Côrtes - Parecer nº 186/2019). **VOTO:** pelo arquivamento. Aprovado por unanimidade. Interessada: Josefa Santos Oliveira. **Protocolo TC** - **133567/2016.** Instituto de Previdência Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Município de Ilha das Flores . Ofício. (Procurador: Luís Alberto Meneses - Parecer nº 620/2019). **VOTO:** pelo arquivamento. Aprovado por unanimidade. Interessado: Roberto Silva dos Santos. **Protocolo TC -095452/2016.** Pessoa Física. Ofício. (Procurador: Luís Alberto Meneses - Parecer nº 577/2019). **VOTO:** pelo arquivamento. Aprovado por unanimidade. Interessado: Givaldo Silva e Ouvidoria - TCE. **Protocolo TC** - **106411/2016.** Pessoa Física. Ofício. (Procurador: Luís Alberto Meneses - Parecer nº 578/2019). **VOTO:** pelo arquivamento. Aprovado por unanimidade. Interessado: Ouvidoria - TCE E Sindicato Areia Branca . **Protocolo TC** - **016432/2017.** Órgãos Independentes. Ofício. (Procurador: José Sérgio Monte Alegre - Parecer nº 759/2019). **VOTO:** pelo arquivamento. Aprovado por unanimidade. Interessados: lvonete Alves Cruz Almeida e SINTESE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica de Sergipe. **Protocolo TC** - **111267/2012.** Outros Órgãos Públicos. Ofício. (Procurador: José Sérgio Monte Alegre - Parecer nº 766/2019). **VOTO:** pelo arquivamento. Aprovado por unanimidade. Interessados: FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC e Vander Oliveira Borges/ FNDE/MEC. **Julgamento do Cons.ª Maria Angélica Guimarães Marinho** - **Protocolo TC**

- **111075/2016.** P. M. de Laranjeiras. (Procurador: Eduardo Santos Rolemberg Côrtes - Despacho nº 71/2018). **VOTO:** pela Autuação. Aprovado por unanimidade. Interessada: lvonete Alves Cruz Almeida. Neste momento, a **Cons.ª Maria Angélica Guimarães Marinho** requereu prorrogação do prazo do TAG (Termo de Ajustamento de Gestão) POR 60 dias referente ao **Protocolo TC- 009889/2019.** Fundo Municipal de Saúde de Gararu. Solicitação de prorrogação de prazo ao Termo de Ajustamento de Gestão -T AG. Interessada: Nayara Stephanie Resende Melo. Deferido. Logo após, a **Cons.ª Susana Maria Fontes Azevedo Freitas** solicitou a autuação e homologação dos TAG'S com números próprios, vinculando-os às respectivas inspeções, devendo constar as partes como interessadas, *e* como representante do Ministério Público de Contas o Procurador-Geral João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello nos seguintes Relatórios de Inspeção: **TC** - **010587/2019.** P. M. de lndiaroba. Relatório de Inspeção. Interessado: Adinaldo do Nascimento Santos. **TC** - **010585/2019.** P. M. Carmópolis. Relatório de Inspeção. Interessado: Alberto Narcizo da Cruz Neto). **TC** - **010586/2019.** P. M. de Maruim. Relatório de Inspeção. Interessado: Jeferson Santos de Santana). **TC** - **010584/2019.** P. **M.** de Rosário do Catete. Relatório de Inspeção. Interessado: Etelvina Barreto Sobrinho. **TC** - **010582/2019.** P. M. de Campo do Brito. Relatório de Inspeção. Interessado: Marcel Moade Ribeiro Souza. **TC** - **010581/2019.** Prefeitura Municipal de Carmópolís. Relatório de Inspeção. Interessado: João Dantas dos Santos. **TC** - **010596/2019.** P. M. de Santo Amaro das Brotas. Relatório de Inspeção. Interessado: Genivaldo dos Anjos Costa Santos. Deferido. **Sorteio:** Foi redistribuído, mediante sorteio: Processo **TC/001923/2011** - Relator: Cons. Clóvis Barbosa de Melo. Processos **TC/001090/2014, TC/108136/2017 e TC/001625/2012-** Relator: Cons. Luiz Augusto Carvalho Ribeiro. Processos **TC/002546/2016, TC/001068/2016 e TC/002018/2015-** Relatora: Con�.ª Maria Angélica Guimarães. Processos **TC/109949/2017 e TC/00450/2017** - Relatod: Cons. Substituto

**,**

**Valide a '"""'';dade deste *,m.Jillwww*** ,,.,-,,,.. **1Jo;oa/A"t'"ti" • p,' com o**



Arquivo jA uído por DANI !ILV�RA.CA�VALHO ANTAS: e /10/2019 1: :29 '\

**go 75a78 E**

**(**

**;**

**)) ,**

**8A1F5E749CE20320�B7**

**ITRC:IBUNAEL DESECONTAS DO ESTADO DE SERGIPE**

**Processo TC/001761/2013 página 549 da peça unificada**

**ATA- Nº 888/2019 SECRETARIA DO PLENO**

**página 10**

**Ata da 21ª Sessão Ordinária do Pleno de 11 de julho de 2019.**

1. Francisco Evanildo de Carvalho. Processos **TC/001566/2016 e TC/002132/2015** - Relator:
2. Cons. Substituto Alexandre Lessa Lima. Processo **TC/001825/2015** - Relator: Cons.
3. Substituto Rafael Souza Fonsêca. Processos **TC/002498/2019, TC/002505/2015 e**
4. **TC/001767/2009** - Relator: Cons. Carlos Alberto Sobral de Souza. Processos
5. **TC/002304/2015 e TC/000157/2016** - Relator: Cons. Carlos Pinna de Assis. Nenhum
6. assunto havendo para ser tratado, o Excelentíssimo Senhor Presidente, Conselheiro Ulices
7. de Andrade Filho, agradeceu a presença de todos e, às 12 horas e 17 minutos, declarou
8. encere da Sessão e, para constar, eu,
9. J , Secretária do Pleno, nos termos do art. 66,
10. d Regimento Interno do Tn unal de Contas do Estado de Sergipe, lavrei e assino a
11. presente ata que, lida e aprovada, será subscrita pelos Conselheiros presentes na Sessão
12. subsequente, com a ciência do representante do Ministério Público Especial junto a este
13. Tribunal de Contas.

#### i Conselheiro CARLOS ALBER!\_.Ó

Presidente e\_m exr-cício

#### AL DE SOUZA

Conselheira **MAR A\_\_A�GÉLIC:\_tUIMARÃES MARINHO**

Corr

:

o

Q-i)\_

\_\_\_

--+-

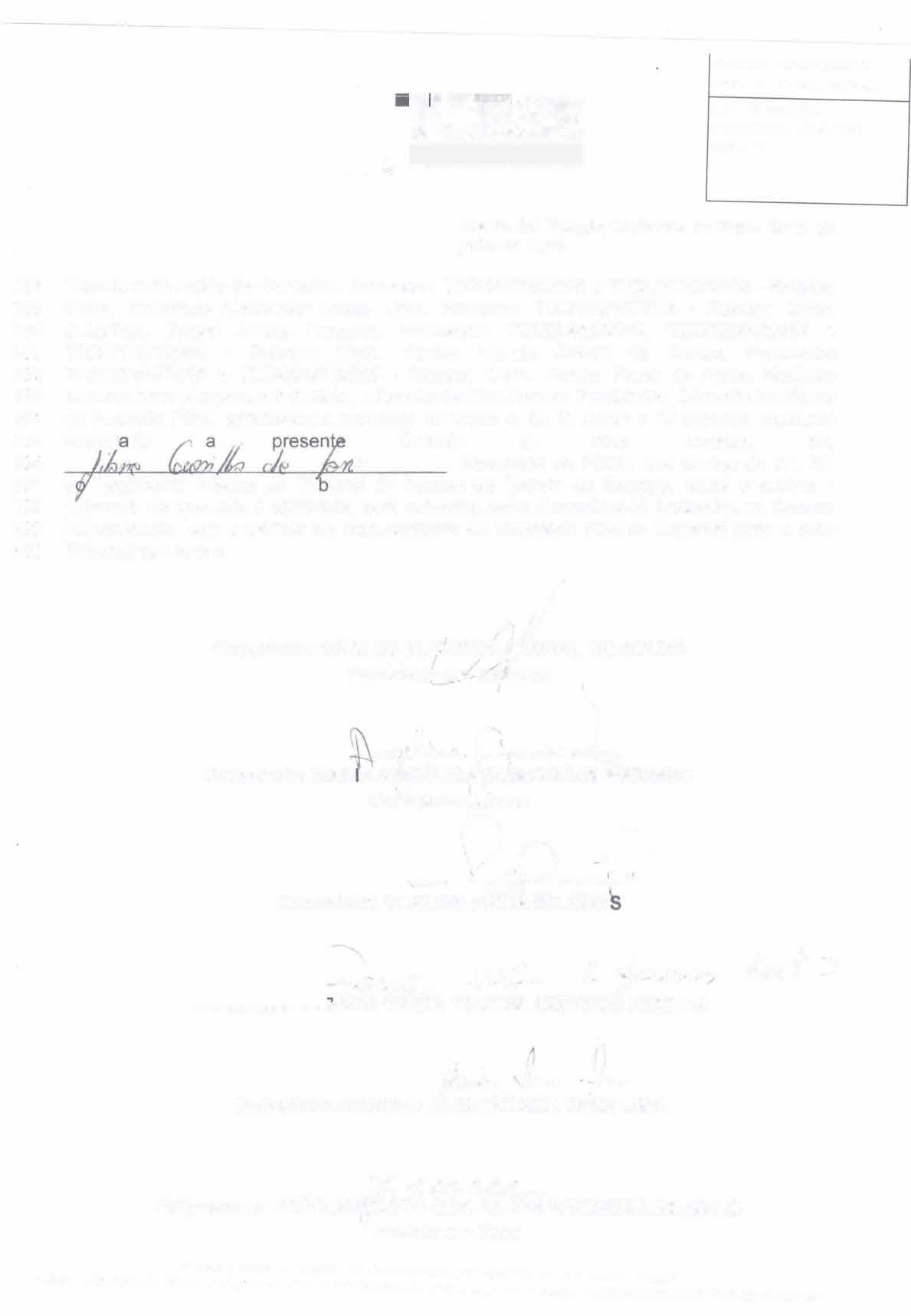
Conselheiro **CARLOS PINNA DE ASSI**

"'°" *(.,A'e(}\_\_\_*

(.}l.""'"/- 1. � /

*!*• �• e t'C ( <\_ - ÁP,( *·t* )

##### ANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS



*r*

conselheiro Substituto **ALEXANDRE LESSA LIMA**

*Fui presente:* **JOA***-***O AU***;t.***ST***�***O DOS***U-L***ANJOS***-.* **BANDEIRA DE MELO**

**�**

Procurador-Geral

**Valide a autenticidade des��iv� incluído por DANIEL SILVEIRA CARVALHO DANTAS: em 29/10/2019 11:00:29**

ESTADO DE SERGIPE



���. C Â M A R A M U N I C IP A L D E SÃ O D O M I N G O S

íl

-=�- n�PODER LEGISLATIVO

#### DESPACHO N2 27/2024

**DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024**

À Comissão de:

#### Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle Tomada de Contas (CFEO)

**MATÉRIA: "Processo TC 001761/2013 - Parecer Prévio 3263 Pleno - Contas Anuais e Governo, Prefeitura Municipal de São Domingos, Exercício Financeiro de 201 Interessado José Robson Mecena, Emissão de Parecer Prévio recomendando a Rejeiç� das Contas em apreço, Decisão Unanime.",** para parecer:

Edifício "Waldomiro Pereira dos Santos", em São Domingos/SE, em 10 de dezembro e

2024.

#### Anderson So.u!a de Almeida

Presífente

**República Federativa do Brasil Estado de Sergipe**



**Câmara Municipal de São Domingos**

**Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas**

**Processo TC 001761/2013**

**Projeto de Decreto Legislativo - Julgamento das Contas - Prefeitura Municipal - Parecer do Tribunal de Contas favorável à reprovação**

**-Apreciação do Poder Legislativo Municipal**

**- Procedimento previsto no artigo 301 e seguintes do Regimento Interno.**

RELATÓRIO

Com base no artigo 301 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o presente Relatório resulta de análise integral do Processo em epígrafe, com manifestação sobre a prestação de contas do Poder Executivo Municipal no exercício financeiro de 2012, de

responsabilidade do ex-gestor José Robson Mecena.

**I. Do Objeto**

Trata-se o presente parecer acerca da análise do **TC 001761/2013** que dispõe sobre o julgamento das Contas do Poder Executivo Municipal no exercício financeiro de 2012, de responsabilidade do ex-gestor José Robson Mecena, para fins de propositura de Projeto

de Decreto Legislativo.

Instruem o parecer, no que interessa: Parecer Técnico da 1ª Coordenadoria de Controle e de Inspeção; Parecer do MPCSE nº 490/2019; parecer prévio do TCESE nº 3263, Relatório e Voto do Pleno do TCESE; dentre outros documentos constantes nos autos do Processo de prestação de contas.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

**II- Fundamentação**

Inicialmente cabe ressaltar, que conforme determinação do art. 301 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas examinará e emitirá parecer sobre a prestação de contas, concluindo, obrigatoriamente, por Projeto de Decreto Legislativo, aprovando ou não as

referidas contas.

Rua Francisco Vieira da Paixão, 155 - Centro, São Domingos/SE, CEP: 49.525-000 - Tel /Fax: (79) 3455-1414, E-mail: [camaramunicipaldesaodomingos@bol.com.br](mailto:camaramunicipaldesaodomingos@bol.com.br) Site: [www.cmsaodomingos.se.gov .br](http://www.cmsaodomingos.se.gov.br/)

Facebook: Câmara Municipal de São Domingos, Twitter: @cmsaodomingos

#### República Federativa do Brasil Estado de Sergipe



**Câmara Municipal de São Domingos**

**Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tornada de Contas**

A competência para julgar as contas de gestão dos prefeitos municipais é conferida ao Poder Legislativo, o qual conta com auxílio do Tribunal de Contas, conforme disciplina a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 31. **A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo,** e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido **com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados** ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º **O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.**

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órg-ãos de Contas Municipais.

(Destaques nossos)

No mesmo sentido dispõem o art. 40, § 2º, da Lei Orgânica Municipal e art. 301 do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

O Supremo Tribunal Federal também já decidiu, no Recurso Extraordinário 848826/DF (Repercussão Geral), que cabe à Câmara 11unicipal, auxiliada pelo Tribunal de Contas, apreciar as contas do Poder Executivo Municipal, abrangendo a análise tanto das contas de governo quanto as de gestão. Ainda, no Recurso Extraordinário 729744/MG (também de Repercussão Geral), firmou entendimento no sentido da natureza meramente opinativa do parecer prévio do Tribunal de Contas, de forma que compete exclusivamente à Câmara Municipal julgar as contas anuais do Prefeito, sendo vedado o seu julgamento ficto por decurso do prazo.

Sobre a tomada de contas do Prefeito e o que deve ser analisado pela Câmara Municipal, Leciona Hely Lopes Meirelles:

Rua Francisco Vieira da Paixão, 155 - Centro, São Domingos/SE, CEP: 49.525-000 -Tel /Fax: (79) 3455-1414, E-mail: [camaramunicipaldesaodomingos@bol.com.br](mailto:camaramunicipaldesaodomingos@bol.com.br) Site: [www.cmsaodomingos.se.gov.br](http://www.cmsaodomingos.se.gov.br/)

Facebook: Câmara Municipal de São Domingos, Twitter: @cmsaodomingos

###### República Federativa do Brasil Estado de Sergipe



**Câmara Municipal de São Domingos**

Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas

A Câmara Municipal, diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas, fiscalizará o cumprimento das normas da Lei Complementar 101, de 4.5.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), com ênfase no que se refere aos incisos de seu art. 59, a saber: I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias (LDO); II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar; III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22-23; VI - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidadas e mobiliária aos respectivos limites; V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as dessa lei complementar; VI - cumprimento do limite de gastos totais dos Legislativos Municipais, quando houver. (... ) O controle das contas do Município deve ser exercido nos seguintes aspectos: da natureza dos fatos controlados (contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial); da amplitude do controle (Administração Municipal direta e indireta); da legalidade; legitimidade; economicidade; aplicação das subvenções; e de renúncia de receita. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 695/696)

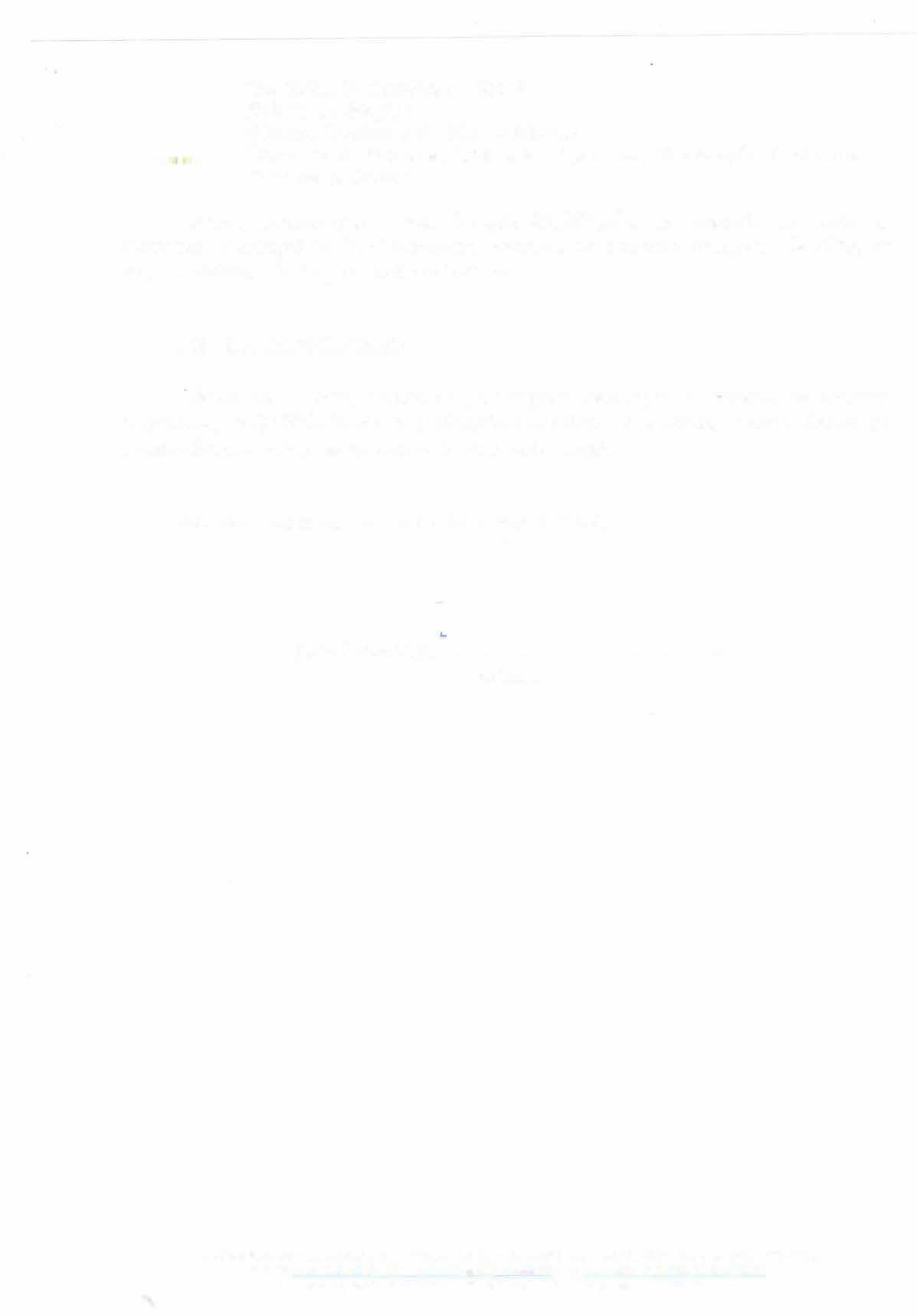
Nessa linha, o parecer técnico do Tribunal de Contas do Estado identificou diversas seguintes irregularidades limite de despesa com **pessoal acima do permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal;**

* **Aplicação de recursos próprios em ações e serviços de saúde abaixo do mínimo exigido; divergência entre o valor registrado na conta receita extra orçamentária do Balanço Financeiro das Consignações­ Depósitos de Terceiros com o registrado no Demonstrativo da Dívida Flutuante;**
* Sentenças Judiciais/Precatório não foram registrados nos Demonstrativos Contábeis, contrariando o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC's TSP);
* **Ausência do Parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB** além de outras irregularidades devidamente descritas no Parecer.

Rua Francisco Vieira da Paixão, 155 - Centro, São Domingos/SE, CEP: 49.525-000 -Tel /Fax: (79) 3455-1414, E-mail: [camaramunicipaldesaodomingos@bol.com.br](mailto:camaramunicipaldesaodomingos@bol.com.br) Site: [www.cmsaodomingos.se.gov.br](http://www.cmsaodomingos.se.gov.br/)

Facebook: Câmara Municipal de São Domingos, Twitter: @cmsaodomingos

#### República Federativa do Brasil Estado de Sergipe



**Câmara Municipal de São Domingos**

**Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas**

Assim, nota-se que, o voto foi pela **REJEIÇÃO** da prestação de contas da Prefeitura Municipal de São Domingos, referente ao exercício financeiro de 2012, de responsabilidade do Sr. José Robson Mecena.

### III - DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se pela regular tramitação de Projeto de Decreto Legislativo, **REJEITANDO** e **DESAPROVANDO** as referidas contas, diante do desatendimento aos pressupostos constitucionais e legais.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2024.

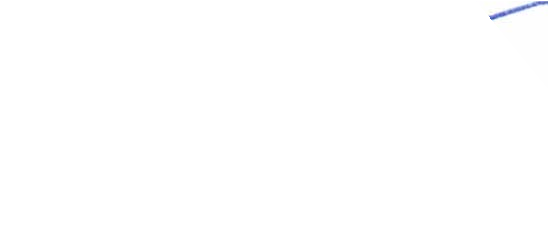
### JOSÉMARQU

Relator

Rua Francisco Vieira da Paixão, 155 - Centro, São Domingos/SE, CEP: 49.525-000 -Tel /Fax: (79) 3455-1414, E-mail: [camaramunicipaldesaodomingos@bol.com.br](mailto:camaramunicipaldesaodomingos@bol.com.br) Site: [www.cmsaodomingos.se.gov .br](http://www.cmsaodomingos.se.gov.br/)

Facebook: Câmara Municipal de São Domingos, Twitter: @cmsaodomingos

#### República Federativa do Brasil Estado de Sergipe



**Câmara Municipal de São Domingos**

**Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas**

### PARECER

A Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas, por meio de seu Presidente, faz saber que este órgão deliberou acerca do Relatório apresentado pelo Vereador **JOSÉ MARQUESON SANTOS ANDRADE,** e emite parecer **desfavorável** no sentido de **REJEITAR** as contas do Poder Executivo Municipal no exercício financeiro de 2012, concluindo, obrigatoriamente, por Projeto de Decreto Legislativo.

A competência para julgar as contas de gestão do prefeito municipal é conferida ao Poder Legislativo, o qual conta com auxílio do Tribunal de Contas, conforme disciplina o artigo 31 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o artigo 40, § 2º, da Lei Orgânica Municipal.

Nesses termos, no que nos compete analisar, esta Comissão deliberou pela **REJEIÇÃO** das Contas do Poder Executivo Municipal no exercício financeiro de 2012, de responsabilidade do Sr.José Robson Mecena.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2024.

### A FERREIRA

Presidente

M\_ aprovação das contas

( ) desaprovação das contas

### JOSÉ MARQUESO��S ANDRADE

Relator

( ) aprovação das contas

� desaprovação das contas

### JOSIV�OSA

Membro

( ) aprovação das contas

(>9- desaprovação das contas

Rua Francisco Vieira da Paixão, 155 - Centro, São Domingos/SE, CEP: 49.525-000 - Tel /Fax: (79) 3455-1414, E-mail: [camaramunicipaldesaodomingos@bol.com.br](mailto:camaramunicipaldesaodomingos@bol.com.br) Site: [www.cmsaodominqos.se.gov.br](http://www.cmsaodominqos.se.gov.br/)

Facebook: Câmara Municipal de São Domingos, Twitter: @cmsaodomingos

#### República Federativa do Brasil Estado de Sergipe

**Câmara Municipal de São Domingos**

Comissão **de** Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 02, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024

UATA

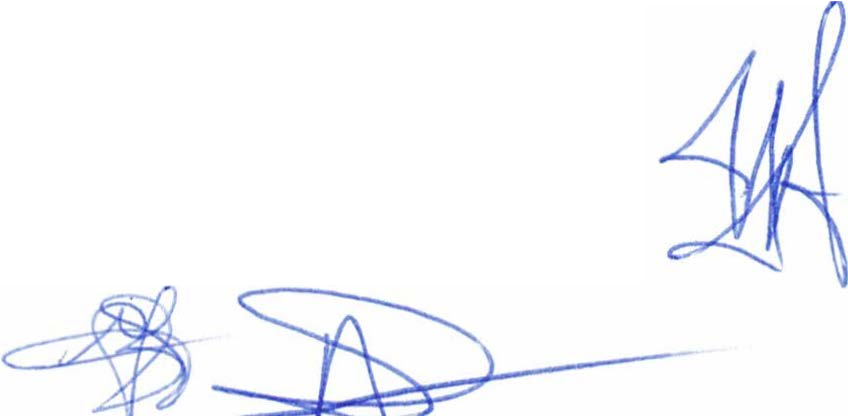
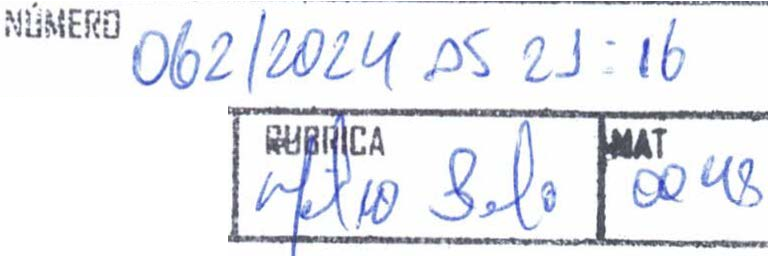
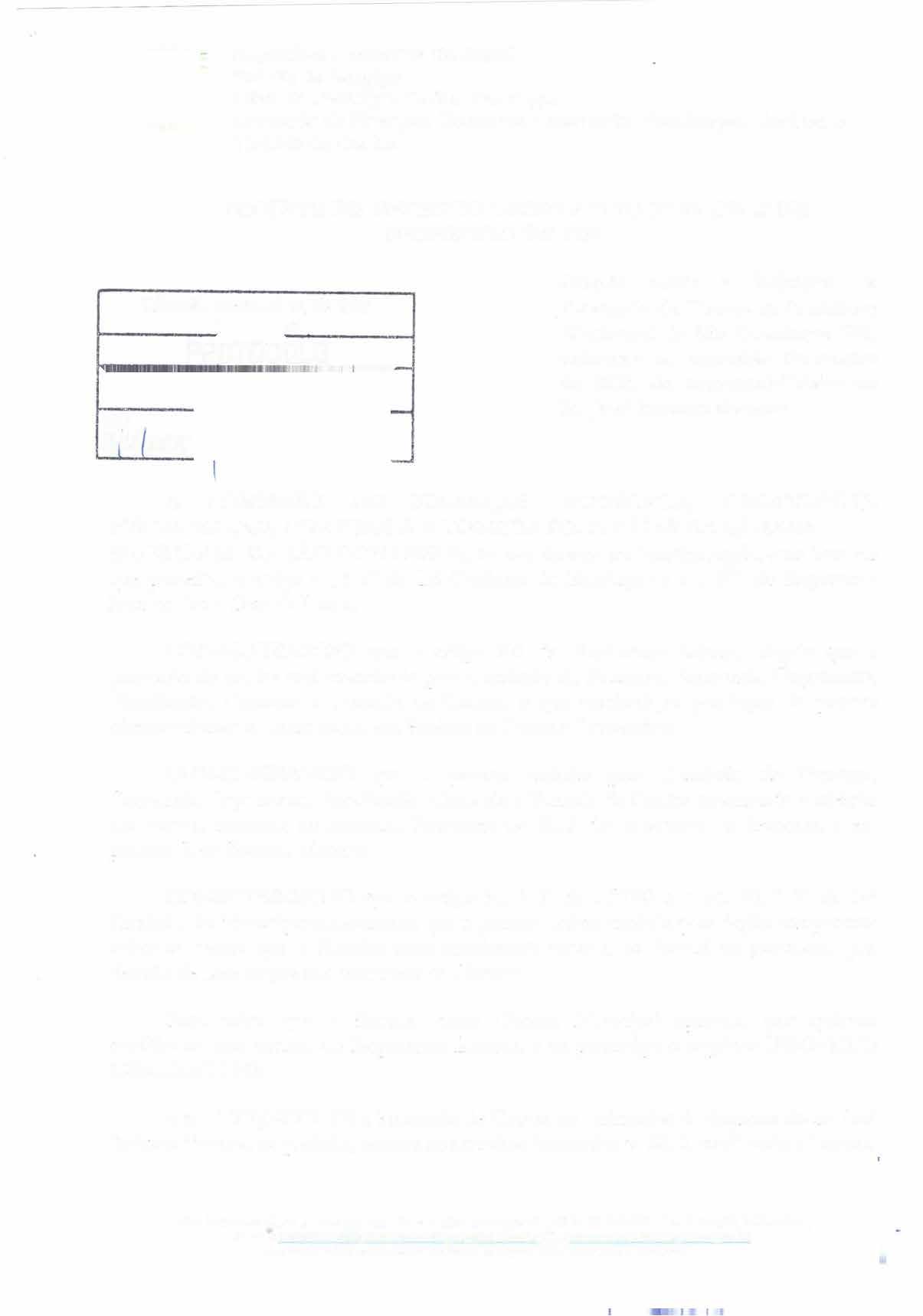
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO**

PR□TOCOL□

**s**

### Dispõe sobre a Rejeição da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de São Domingos/SE, referente ao exercício financeiro de 2012, de responsabilidade do Sr. José Robson Mecena.

*lb'.LZ W2)(*



### A COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E TOMADA DE CONTAS DA CÂMARA

**MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS,** no uso de suas atribuições legais, com base no que preceitua o artigo 40, § 2º da Lei Orgânica do Município e art. 301 do Regimento Interno desta Casa de Leis e,

**CONSIDERANDO** que o artigo 301 do Regimento Interno dispõe que a prestação de contas será examinada pela Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas, o que resultará na produção de parecer obrigatoriamente, culminando em Projeto de Decreto Legislativo;

**CONSIDERANDO** que o parecer emitido pela Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas recomenda a rejeição das contas, referente ao exercício financeiro de 2012, do ordenador de despesas, o ex­ prefeito José Robson Mecena;

**CONSIDERANDO** que o artigo 31, § 3º da CF/88 e o art. 40, § 3º da Lei Orgânica do Município estabelecem que o parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara;

Faço saber que o Plenário desta Câmara Municipal aprovou, por quórum qualificado, nos termos do Regimento Interno, e eu promulgo o seguinte **DECRETO LEGISLATIVO:**

Art. 1º **REJEITA-SE** a Prestação de Contas do ordenador de despesas do Sr.José Robson Mecena, ex-prefeito, relativa ao exercício financeiro de 2012, ratificando o Parecer

Rua Francisco Vieira da Paixão, 155 - Centro, São Domingos/SE, CEP: 49.525-000 -Tel /Fax: (79) 3455-1414, E-mail: [camaramunicipaldesaodomingos@bol.com.br](mailto:camaramunicipaldesaodomingos@bol.com.br) Site: [www.cmsaodomingos.se.gov](http://www.cmsaodomingos.se.gov/) .br

Facebook: Câmara Municipal de São Domingos, Twitter: @cmsaodomingos

#### República Federativa do Brasil Estado de Sergipe

**Câmara Municipal de São Domingos**

Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas

Prévio nº 3263 exarado pelo Pleno do Tribw1al de Contas do Estado de Sergipe, no curso do Processo de Prestação de Contas n. **TC 001761/2013.**

Art. 2º O Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e os Pareceres da Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas são partes integrantes deste Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

São Domingos/SE, em 16 de dezembro de 2024 ,/

### FERREIRA

·-

### JOSÉ MARQUESO NTOS ANDRADE

Relator

### JOSIVALDihRBOSA

Membro

**CÂMARA MUN. OE SÃO DOMINGOS**

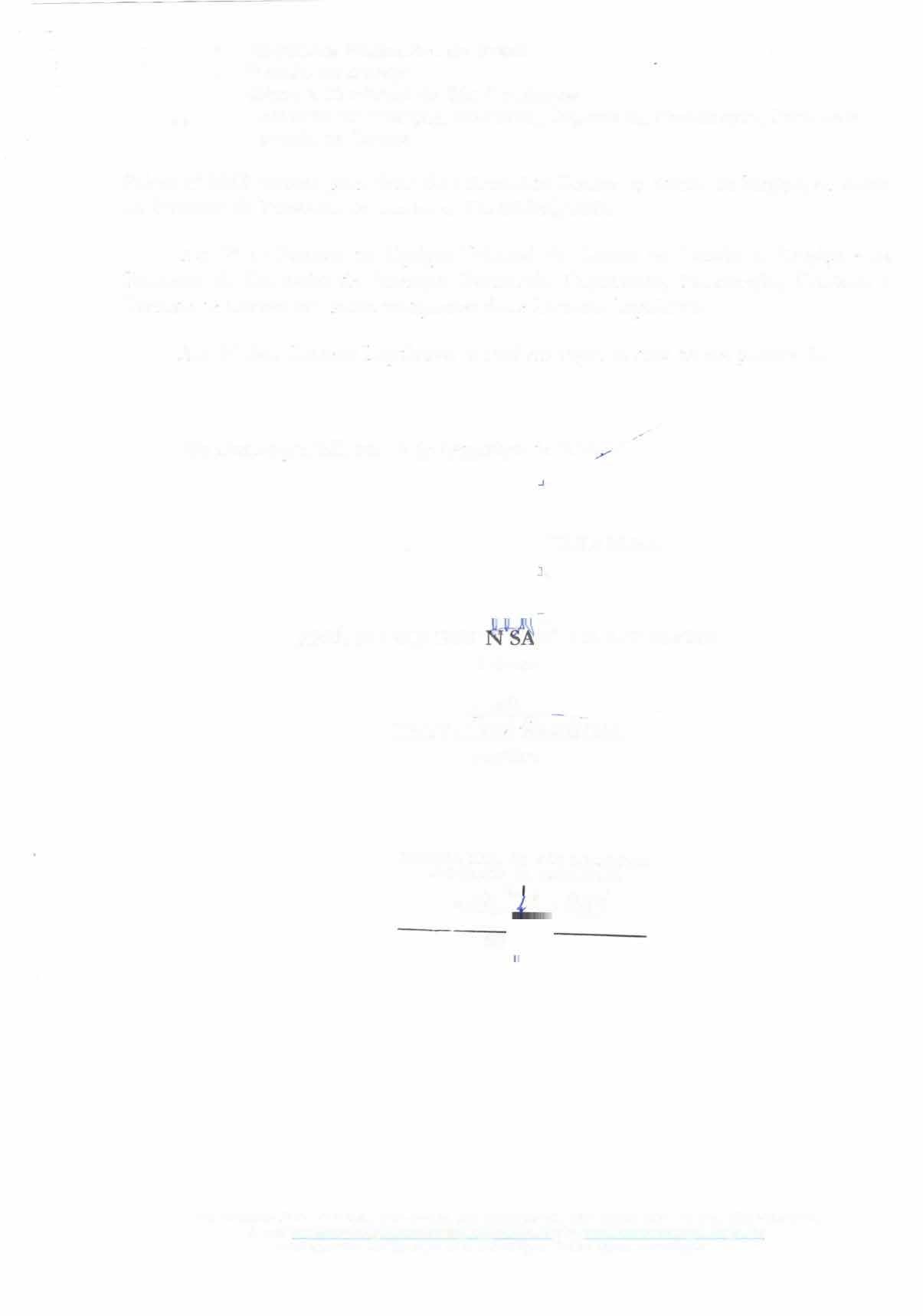
**APROVADO EM DISCUSSÃO**

--*I*

EM *./)o* **ÚN C**z\_**)I**

***1***-*Wl"'***,J**

##### PR



Rua Francisco Vieira da Paixão, 155 - Centro, São Domingos/SE, CEP: 49.525-000 -Tel /Fax: (79) 3455-1414, E-mail: [camaramunicipaldesaodomingos@bol.com.br](mailto:camaramunicipaldesaodomingos@bol.com.br) Site: [www.cmsaodominqos.se.qov.br](http://www.cmsaodominqos.se.qov.br/)

Facebook: Câmara Municipal de São Domingos,Twitter: @cmsaodomingos

ESTADO DE SERGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS

PODER LEGISLATIVO

## PAUTA DA 6!! SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - 16 DE DEZEMBRO DE 2024

*Sujeitai-vos pois a Deus, resisti ao diabo, e ele fugira de vós" (Thiago 5: i*

**MATÉRIA**

**ASSUNTO AUTORIA**

Comissão de Finanças,

**ANDAM**

*!PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 104, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024*

1

1

*PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N!! 03, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024*

*PROJETO DE DECRETO LEGISLAT/VO N!! 02, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024*

**Júlio ReLos Santos**

���;tário

*Dispõe sobre a Reprovação da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de São Domingos/SE, referente ao exercício financeiro de 2020, de responsabilidade do Sr. Pedro da Silva.*

*Dispõe sobre a reprovação da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de São Domingos/SE, referente ao exercício financeiro de 2013, de responsabilidade do Sr. Pedro da Silva.*

*Dispõe sobre a Rejeição da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de São Domingos/SE, referente ao exercício financeiro de 2012, de esponsabilidade do Sr. José Robson Mecena*

**Anderson Sou.zi � Almeida Pres�te**

Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas

*DISCUR ÚNIC*

*DISCUR: ÚNIC*

*DISCUR� ÚNIC,*



**Rua Francisco Vieira da P��ão, n• 155 - Ce�tro, São Doming�s/�E, C�P: 49 525-�: T�I tFax: (�9) �5-1414, E-mail: camaramunlc**[**h>aldesaodomingos@bol.com.br,**](mailto:aldesaodomingos@bol.com.br)

**,**

**,**

**;. .**

**\_**

**terça-feira, 17 de dezembro de 2024**

**8 - Ano 1 - Nº 673**

##### DECRETO

ESTADO DE SERGIPE

**7** CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS

**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICIPIO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS**

*0*

*-'-�'"'··""··;;;-•*

pooER LEGISLATIVO

**DECRETO LEGISLATIVO**

**Nº 02, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024**

**Dispõe sobre a Rejeição da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de São Domingos/SE, referente ao exerc1c10 financeiro de 2012, de responsabilidade do Sr. José Robson Mecena.**

**A COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E TOMADA DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO**

**DOMINGOS,** no uso de suas atàbuições legais, com base no que preceitua o artigo 40, § 2*º* da Lei Orgânica do Município e art. 301 do Regimento Interno desta Casa de Leis e,

**CONSIDERANDO** que o artigo 301 do Regimento Interno dispõe que a prestação de contas será examinada pelaComissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização,Controle e Tomada de Contas, o que resultará na produção de parecer obri*ga*toriamente, culminando em Projeto de Decreto Legislativo;

**CONSIDERANDO** que o parecer emitido pela Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização,Controle e Tomada de Contas recomenda a rejeição das contas, referente ao exercício financeiro de 2012, do ordenador de despesas, o ex- prefeito José Robson Mecena;

**CONSIDERANDO** que o artigo 31, § 3*º* da CF/88 e o art. 40, § 3*º* da Lei Orgânica do Município estabelecem que o parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros daCâmam;

Faço saber que o Plenátio desta Câmam Municipal aprovou, por quórum qualificado, nos termos do Regimento Interno, e eu promulgo o seguinte **DECRETO LEGISLATIVO:**

**Art. 1º REJEITA-SE a Prestação de Contas do ordenador de despesas do Sr. José Robson Mecena, ex-prefeito, relativa ao exercício financeiro de 2012, ratificando o Parecer Prévio nº 3263 exarado pelo Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, no curso do Processo de Prestação de Contas n. TC 001761/2013.**

Art. 2*°* O Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e os Pareceres da Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas são partes integrantes deste Decreto Legislativo.

Art. 3*°* Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação. São Domingos/SE, em 17 de dezembro de 2024.

ANDERSON SOUZA DE ��,:,�:-:;,\_:'"' ..'

**Ver. Anderson Souza de Almeida**

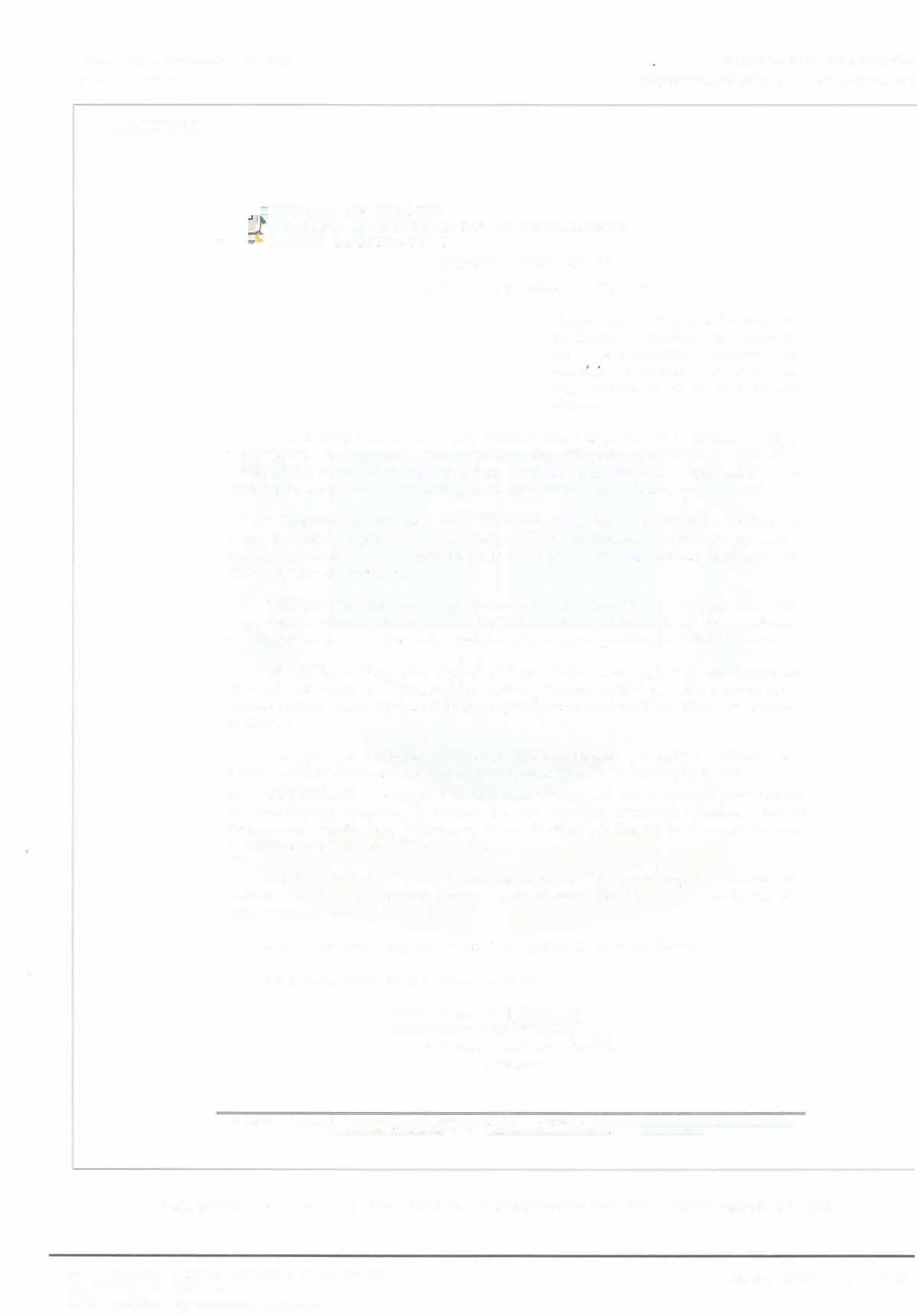
Presidente

**Rua Francisco Vieira da Palxto, nA 155- Cefltro, sao Domingos/SE, CEP: 49 52� - Tel /Fu (79) 345fr1414, E-mail: ctroaramurndoaJdesaodominaosQb91çqnb[.**

**Site: wwwçn1uogom,ngot u gov br, Facebook: ÇArnare Mtm!Ppal deSão Qomlngo1 Twltter. Pcmuodommoee**

Esta edição encontra-se no site: <http://www.municipioonline.eom.br/se/prefeitura/saodomingos>

**RUA SENADOR LOURIVAL BATISTA CEP: 49.525-000 TELEFONE: (79)34551-664**



**EMAIL:** [**prefeitu ra@saodomingos.se.gov.br**](mailto:prefeitura@saodomingos.se.gov.br)

**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPI**